

UNIVERSIDADE SÃO TOMÁS DE MOÇAMBIQUE
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE LICENCIATURA EM DIREITO

PLANO CURRICULAR 2020A

1. APRESENTAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO

O curso de Licenciatura em Direito na USTM, que é ministrado na Faculdade de Direito, insere-se no projecto educativo desta instituição de ensino superior e corresponde a uma opção académica que vem colmatar uma lacuna no âmbito da formação jurídica. A lacuna em referência tem a ver com a ausência de uma formação jurídica que concilia a tradição universitária de transmissão do saber com a necessidade de graduar profissionais com sólidos conhecimentos práticos e aptos a actuar no mercado.

Por outro lado, a opção por este curso na Faculdade de Direito constitui uma resposta à necessidade de formação jurídica humanística alicerçada por um conjunto de disciplinas do ramo da filosofia, designadamente: Ética Fundamental I e II; Direitos Humanos; Filosofia do Direito; Logica e das Ciências Sociais: Economia Política; Sociologia do Direito; Antropologia Cultural. Assim, para além das disciplinas jurídicas nucleares, o presente plano curricular apresenta um conjunto de disciplinas que fornecem competências genéricas, que contribuem para o enriquecimento cultural dos graduados, permitindo-lhes ter uma maior capacidade de reflexão e abstração nas suas intervenções jurídicas na sociedade.

Neste contexto, o curso que ora se apresenta reveste-se de características que o tornam inovador em várias vertentes. O curso é inovador por associar a formação teórica com a formação prática, combinando o desenvolvimento simultâneo das competências do saber e do saber-fazer. Uma outra inovação, não menos importante, é que o currículo apresenta

uma estrutura que se assemelha aos cursos de Direito no País em que a formação universitária básica encontra-se concentrada nos primeiros três anos.

Por isso, o curso de Licenciatura em Direito da USTM foi concebido como um curso de perfil científico singular, na área das Ciências Sociais que definem o Direito e, como tal, ajustado à idónea habilitação científica que assegura o exercício profissional das actividades que a formação jurídica propicia.

As inovações introduzidas por este currículo, sobretudo no domínio prático, pressupõem o estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas para efeito de realização de actividades práticas. Pressupõem ainda a formação de docentes e discentes na metodologia de investigação científica e jurídica com o objectivo não só de uniformizar as metodologias de abordagem de questões jurídicas mas também como forma de dar resposta à ambição estratégica de transformar a USTM numa Universidade de pesquisa.

Por outras palavras, os docentes deverão manejar os instrumentos metodológicos de análise e resolução de casos práticos, de análise e comentário de textos jurídicos e, por fim, os de preparação e elaboração de dissertações jurídicas. Estes instrumentos constituem a base para a transmissão uniformizada da competência do saber-fazer. Por último, torna-se necessária a adopção de um ensino centrado no papel do estudante no processo da sua própria formação, privilegiando-se a metodologia participativa e interactiva.

É por isso que, o plano de estudos que faz parte do presente plano curricular, para além da metodologia de investigação científica e jurídica que se lecciona logo nos primeiros semestres do curso, contempla também a disciplina de Trabalho de Fim do Curso que é leccionada na parte final como forma de consolidar e pôr em prática as matérias de metodologia já vistas.

2. ESTRUTURA CURRICULAR

A obtenção do grau de licenciatura leva a que o formado em Direito possa exercer funções de mandatário judicial vocacionado para representar e defender os cidadãos nos vários Tribunais, dentro das limitações da lei. Por isso. A estrutura do curso de Licenciatura em Direito, na USTM, foi concebida para satisfazer este desiderato.

Aconselha e acompanha os cidadãos e as empresas, do ponto de vista jurídico, representando-os perante os serviços de Administração Fiscal, Cartórios Notariais, Conservatórias de Registo Predial, Comercial, Civil e de automóveis, Autarquias Locais e restantes órgãos e repartições Públicas. Aconselha o cidadão e empresas sobre o melhor procedimento a tomar, face à lei, designadamente na negociação e celebração de contratos, no domínio das relações de família e sucessórias, como também em matéria criminal, entre outras.

3. OBJECTIVOS DO CURSO

Na USTM o curso de Licenciatura em Direito tem como objectivos os seguintes:

- Participar no desenvolvimento da cultura jurídica moçambicana mediante uma formação que privilegia o contacto permanente com a sociedade;
- Contribuir na consolidação do Estado de Direito mediante a formação de juristas capazes de desempenhar um papel importante na promoção e defesa dos valores da cidadania activa;
- Desenvolver as competências definidas para o curso de Licenciatura em Direito, leccionando os conteúdos previstos no plano de estudos mediante a aplicação das estratégias impostas pelo currículo;
- Graduar Juristas de elevada qualidade profissional através de uma formação académica e humana com recurso aos mais altos padrões de excelência académica, investigação científica e qualidade de ensino baseada na inovação e flexibilidade.

4. VISÃO

Ser Líder na USTM e Referência no País na Investigação Científica, excelência Académica, Extensão e Serviços Jurídicos de Qualidade.

5. MISSÃO

Formar Profissionais segundo a tradição Tomista de Investigação Científica, Excelência Académica, Extensão e Serviços de Qualidade que Assentam no Conhecimento Jurídico e na Dignidade da Pessoa Humana.

6. VALORES

Excelência, liderança, criatividade, proactividade, Inovação, integridade, humanismo, honestidade e Justiça.

7. OBJECTIVOS DA FACULDADE DE DIREITO

- Formar, com qualidade, especialistas em Ciências Jurídicas;
- Promover a investigação científica nas diversas áreas das Ciências Jurídicas;
- Desenvolver modelos participativos e modernos de gestão académica;
- Realizar acções de divulgação científica tais como: seminários, conferências, palestras, *workshops* e outros eventos sociais de natureza jurídica.

7. PERFIL DE FORMAÇÃO

7.1. PERFIL DO GRADUADO

O Licenciado em Direito deve ser capaz de:

- Interpretar e aplicar correctamente as normas jurídicas, mediante o domínio e utilização dos princípios da hermenêutica jurídica.
- Identificar factos jurídicos, subsumí-los nas previsões legais e princípios jurídicos, formulando a devida solução recorrendo à metodologia jurídica para a resolução de casos práticos.
- Elaborar pareceres jurídicos com recurso à metodologia de comentário de textos legais ou dissertações jurídicas.
- Conhecer os fundamentos da Justiça.
- Resolver problemas que envolvam diversos ordenamentos jurídicos.
- Fazer estudos jurídicos capazes de facilitar a aplicação das normas ou influenciar a reforma legal, mediante o recurso à metodologia de dissertações jurídicas e técnicas de investigação aplicada.
- Saber articular o direito positivo no contexto do pluralismo jurídico.

- Redigir peças processuais (petições, contestações, despachos saneadores, recursos, sentenças, etc.).
- Reflectir e apresentar soluções doutrinárias originais sobre problemas jurídicos.
- Assessorar e aconselhar juridicamente.

7.2. PERFIL OCUPACIONAL

O curso de Licenciatura em Direito confere aos graduados uma preparação sólida que os permite ingressar, cumpridos os requisitos específicos, em qualquer uma das seguintes áreas:

- Consultoria Jurídica
- Assessoria Jurídica
- Advocacia
- Agente da Propriedade Industrial
- Magistratura judicial
- Magistratura do Ministério Público
- Magistratura Judicial Administrativa
- Magistratura Fiscal e Aduaneira
- Docência
- Integração em carreiras da Administração Pública
- Diplomacia

7.3. Competências

O licenciado em Direito na USTM deve apresentar as seguintes competências:

- a) Distinguir a ciência jurídica de outras ciências sociais e humanas;
- b) Conhecer os objectivos e métodos das práticas jurídicas;
- c) Dominar a teoria geral do Direito;
- d) Compreender os conceitos, as normas e os princípios jurídicos;

- e) Conhecer qualquer tipo de discurso jurídico;
- f) Saber raciocinar e argumentar lógica juridicamente;
- g) Compreender e ter capacidade de analisar criticamente e comentar questões jurídicas actuais e controvertidas;
- h) Ler, redigir, falar, interpretar e analisar crítica e correctamente a linguagem jurídica;
- i) Dominar a oratória;
- j) Conhecer a metodologia de investigação jurídica;
- k) Conhecer os principais debates e paradigmas jurídicos;
- l) Desenvolver a capacidade de criticamente explicar, analisar e comentar a relação entre o Direito e a sociedade;

8. Regime de ensino híbrido

Em resposta aos imperativos impostos pela pandemia global da Covid-19, e demonstrando uma total consonância com as exigências do momento, a USTM ministrará o curso de Direito em regime híbrido, isto é, combinando aulas presenciais com aulas à distância.

Para o efeito, a USTM dispõe de ferramentas digitais eleitas como as mais aconselháveis soluções para o regime de aulas *online*. Por conseguinte, convista à melhor prossecução deste desiderato, a USTM tem consciência da necessidade de uma formação específica aos docentes e discentes no conhecimento e domínio destas ferramentas.

9. Grelha curricular

Plano de Estudos 2020A						
Ano	Semestre	Disciplina	Semanais	Professor	Individual	Total
1	1	Introducao ao Direito e ao Pensamento Juridico I	4	64	120	184
1	1	Ciencia Politica	4	64	80	144
1	1	Economia Politica	4	64	80	144
1	1	Etica Fundamental I	4	64	120	184
1	1	Metodologia de Investigacao Cientifica e Juridica	4	64	80	144
1	1	Sociologia do Direito	4	64	80	144
		Total Semestre	24	384	560	944
1	2	Introducao ao Direito e ao Pensamento Juridico II	4	64	120	184
1	2	Direito Constitucional	4	64	120	184
1	2	Historia do Direito	4	64	120	184
1	2	Financas Publicas e Dreito Financeiro	4	64	120	184
1	2	Etica Fundamental II	4	64	120	184
1	2	Antropologia Cultural	4	64	80	144
		Total Semestre	24	384	680	1064
2	3	Teoria Geral do Direito Civil I	4	64	120	184
2	3	Direito do Trabalho I	4	64	120	184
2	3	Direito Administrativo I	4	64	120	184
2	3	Direito Penal I	4	64	120	184
2	3	Direito Economico	4	64	80	144
2	3	Logica	4	64	80	144
		Total Semestre	24	384	640	1024
2	4	Teoria Geral do Direito Civil II	4	64	120	184
2	4	Direito do Trabalho II	4	64	120	184
2	4	Direito Administrativo II	4	64	120	184
2	4	Direito Penal II	4	64	120	184

2	4	Direito Internacional Publico	4	64	80	144
2	4	Direitos Humanos	4	64	80	144
		Total Semestre	24	320	560	880
3	5	Direito das Obrigacoes I	4	64	120	184
3	5	Direito Comercial I	4	64	120	184
3	5	Direito Processual Civil I (Declarativo)	4	64	170	234
3	5	Direito Processual Penal	4	64	120	184
3	5	Direito Fiscal e Aduaneiro	4	64	120	184
3	5	Direitos Fundamentais	4	64	120	184
		Total Semestre	24	384	770	1154
3	6	Direito das Obrigacoes II	4	64	120	184
3	6	Direito Comercial II	4	64	120	184
3	6	Direito Processual Civil II (Executivo)	4	64	120	184
3	6	Direito Processual Laboral	4	64	80	144
3	6	Direito Internacional Privado	4	64	80	144
3	6	Direito do Ambiente	3	48	80	128
		Total Semestre	23	368	600	968
4	7	Direitos Reais	4	64	120	184
4	7	Direito da Familia	4	64	120	184
4	7	Direito Processual Administrativo	4	64	120	184
4	7	Praticas Juridicas	4	64	80	144
4	7	Direito dos Registos e Notariado	4	64	80	144
4	7	Direito dos Contratos	4	64	80	144
		Total Semestre	24	384	600	984
4	8	Direito das Sucessoes	4	64	120	184
4	8	Filosofia do Direito	4	64	80	144
4	8	Direito do Consumidor e Propriedade Intelectual	3	48	80	128
4	8	Direito do Mar, Terra e Recursos Naturais	4	64	80	144
4	8	Direito Bancario e de Seguros	4	64	80	144
4	8	Trabalho de Fim do Curso	2	32	80	112
		Total Semestre	21	336	520	744
		Total Curso	188	2944	4930	7762

10. MAPA DE PRECEDÊNCIAS

Disciplina de precedência	Nível	Disciplina Precedida	Nível
Introdução ao Direito e ao Pensamento Jurídico I	1	Introdução ao Direito e ao Pensamento Jurídico II	1
Ética Fundamental I	1	Ética Fundamental II	1
Ciência Política	1	Direito Constitucional	1
Teoria Geral do Direito Civil I	2	Teoria Geral do Direito Civil II	2
Direito do Trabalho I	2	Direito do Trabalho II	2
Direito Administrativo I	2	Direito Administrativo II	2
Direito Penal I	2	Direito Penal II	2
Direito das Obrigações I	3	Direito das Obrigações II	3
Direito Comercial I	3	Direito Comercial II	3
Direito Processual Civil I	3	Direito Processual Civil II	3
Direito da Família	4	Direito das Sucessões	4
Direito das Obrigações I & II	3	Direitos Reais	4
Direito das Obrigações I & II	3	Direito dos Contratos	4
Introdução ao Direito e ao Pensamento Jurídico I & II	1	Teoria Geral do Direito Civil I & II	2
Direito Penal I & II	2	Direito Processual Penal	3
Teoria Geral do Direito Civil I & II	2	Direito das Obrigações I & II	3
Direito do Trabalho I & II	2	Direito Processual do Trabalho	3
Direito Administrativo I & II	2	Direito Processual Administrativo	4

11. PLANOS TEMÁTICOS

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Introdução ao Direito e ao Pensamento Jurídico I				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	6
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	1º Ano
Pré-Requisitos	Não Possui			Semestre	I

Objectivos da disciplina:

- Compreender o papel do Direito, enquanto ordem normativa, na sociedade;
- Conhecer a estrutura da norma jurídica, bem como o fundamento da sua juridicidade;
- Conhecer a estrutura da relação jurídica;
- Diferenciar a norma jurídica de outro tipo de normas;
- Aplicar os princípios da hermenêutica jurídica;
- Compreender a metodologia jurídica e a estruturação da capacidade judicativa.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Introdução geral	6	8
2	Sociedade	6	12

3	Ordens normativas ou sistemas de normas	8	14
4	Ordem social e ordem jurídica	6	12
5	Ordem jurídica como ordem normativa	6	12
6	Direito Natural e direito positivo	6	10
7	Sentido geral do Direito	6	12
8	Direito e realidades afins	6	14
9	Teoria geral do Estado	6	12
10	Norma jurídica: noção, estrutura, características e classificações. Meios de tutela	8	14
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Introdução ao Direito e ao Pensamento Jurídico I será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
- Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
- A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequências será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. Amaral, D. Manual de Introdução ao Direito, vol. I. Coimbra: Almedina. 2004.
2. Ascensão, J., Introdução ao Estudo do Direito. Lisboa: Universidade de Lisboa. 1973.
3. Ascensão, J., O Direito, Introdução e Teoria Geral: uma perspectiva luso-brasileira. Coimbra: Almedina. 2001.
4. Marques, J. (1984). Introdução ao Estudo do Direito. Lisboa: Editora Danúbio. 1984.
5. Sousa, M., Galvão, S., Introdução ao Estudo do Direito. Lisboa: LEX. 2000.
6. Telles, I., Introdução ao Estudo do Direito. Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa. 1990.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Ciência Política				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	5
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	1º Ano
Pré-Requisitos	Não Possui			Semestre	I

Objectivos da disciplina:

- Proporcionar a compreensão do fenómeno político como mero facto social e como uma realidade enquadrada do Direito;
- Garantir elementos suficientes para a produção de análises científicas de acontecimentos políticos nacionais e estrangeiros;
- Garantir o domínio das normas jurídicas fundamentais reguladoras do fenómeno político.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Introdução à Ciência Política.	6	10
2	Teoria Geral do Estado.	10	10
3	Introdução à História das ideias políticas	10	12

4	Formas de Governo, Sistemas Eleitorais	10	12
5	Partidos Políticos, Grupos de Pressão e Opinião pública.	12	12
TOTAL		30	56

Método de Ensino

A disciplina de Ciência Política será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
- Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
- A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores. A Nota de Frequências será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. Amaral, D. F. (2004) Histórias as Ideias Políticas, 4ª Reimpressão, Vol. I, Editora Almedina, Coimbra.
2. Bastos, F. L. (1999) Ciência Política, Guia de Estudos, AAFDL, Lisboa.

3. Caetano, M. (1996) Manual de Ciência Política e Direito Constitucional, 6ª Edição, Tomo I, Reimpressão, Editora Almedina. Coimbra.
4. Canotilho, J.J. G. e Vital M. (1993) Constituição da República Portuguesa Anotado, 3ª Edição, Coimbra Editora.
5. Carvalho, M. P. (2010) de Manual de Ciências Políticas e Sistemas Políticos e Constitucionais, 3ª Edição, QuidJuris Editora, Lisboa.
6. Moreira, A. (2012) Ciência Política, 5ª Edição, Editora Almedina, Coimbra.
7. Zippelius, R. (1997) Teoria Geral do Estado, 3ª Edição, Tradução de KarinPraefke, Aires Coutinho, Fundação Gulbenkian, Lisboa.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Economia Política				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	5
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	1º Ano
Pré-Requisitos	Não Possui			Semestre	I

Objectivos da disciplina:

- Aplicar os conceitos da ciência económica ao nível micro e macroeconómico;
- Aplicar os conceitos base da economia internacional e respectivos instrumentos, suas organizações e instituições;
- Compreender a história do pensamento económico e sua relevância para o Direito.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual

			I
1	Conceito de Economia	2	3
2	Distinção entre Economia e outras ciências sociais	4	5
3	Metodologia	4	5
4	O problema económico fundamental ou a lei da escassez e algumas noções fundamentais	6	7
5	O pensamento económico. Evolução histórica	4	5
6	Teoria do Consumidor	4	5
7	Teoria do Produtor	2	3
8	Mercados. Tipologia	6	7
9	Processo económico e contabilidade nacional	6	7
10	Conceito de moeda	2	3
11	Comércio Internacional e especialização	4	5
12	A balança de pagamentos	4	5
13	Ajustamento de desequilíbrios: conjunturais, estruturais e formas de financiamento	4	5
14	Ajustamentos conjunturais – políticas de curto prazo	4	5
15	Ajustamentos estruturais – políticas de longo prazo	4	5
16	Os financiamentos internacionais	4	5
TOTAL		64	80

Método de Ensino

A disciplina de Economia Política será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
- Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
- A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequências será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. De VASCONCELLOS, M., *Economia - Micro e Macro*, (4 Ed), Lisboa: Atlas. 2006.
2. MANKIOW, N. *Introdução à Economia*. (3 Ed). São Paulo: Thompson. 2006.
3. SAMUELSON, P., Nordhaus, W. *Economia*. Rio de Janeiro: McGraw Hill. 2004

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Ética Fundamental I				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	6
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	1º Ano
Pré-Requisitos	Não Possui			Semestre	I

Objectivos da disciplina:

- Conhecer os Fundamentos ou Princípios da Ética com vista a agir bem.
- Melhorar a Personalidade do estudante dentro da convivência social.
- Compreender a inter-disciplinaridade entre a Ética e Outras Ciências, por exemplo, a Filosofia, Direito, Sociologia, Economia entre Outras.
- Discutir os Grandes Problemas actuais.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
			I

1	Conceitualização da Ética e Moral	10	24
2	Desenvolvimento Histórico da Ética e da Moral	14	30
3	Conceitos Básicos da Ética	10	20
4	Relações entre a Ética e a Moral	10	20
5	Implicações da Ética no contexto real	20	26
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Ética Fundamental I será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
- Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
- A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores. A Nota de Frequências será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. AAVV. *A Emergência do Filofofar*, 11ª e 12ª Classe, Moçambique Editora Lda Maputo, 2003.
2. ABBAGNANO, Nicola. *História da Filosofia*, 5ª edição, Editorial Presença Lda, Lisboa, 1991.
3. ARISTÓTELES, *Ética a Nicomâco*, 4ª edição, Martin Claret, São Paulo, 2001.
4. BERNABÉ, Tierno *Valores Humanos*, Tallhere de Editores, Madrid 1993.
5. CANO, Betuel. *Ética: arte de Viver*, 3ª edição, São Paulo, 2001.
6. HEGARTY, Angela e LEONARD, Siohan. *Direitos Homem: uma agenda para o séc. XXI*, Instituto Piaget, S.d
7. IZQUIERDO, Moreno Ciriaco, *Educar em Valores*, 2ª edição, Paulina, São Paulo, 2002.
8. LIMA VAZ, Lima, *Ética Filosófica I*, Edições Loyola, São Paulo, 1999.
9. MARCULINO, Camargo, *Fundamentos de Ética Geral e Profissional*, Vozes, Petrópolis, 1999.
10. VASQUEZ SANCHEZ, Adolfo. *Ética*, 20ª edição, Rio de Janeiro, 2000.

11. VIDAL, Marciano. *Moral das Atitudes II, Ética da Pessoa* São Paulo, Santuário
, S.d

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Metodologia de Investigação Científica e Jurídica				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	5
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	1º Ano
Pré-Requisitos	Não Possui			Semestre	I

Objectivos da disciplina:

- Aplicar a Metodologia Jurídica;
- Tomar notas, consultar bibliografia, elaborar sínteses e outros;
- Interpretar e argumentar juridicamente;
- Aplicar as técnicas do raciocínio jurídico;
- Aplicar a metodologia de investigação

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Introdução geral	7	10
2	A epistemologia jurídica	7	9
3	A linguística jurídica e técnicas de comunicação	8	10
4	O acesso ao Direito	8	10
5	O raciocínio jurídico	7	9

6	A explicação dos textos jurídicos	8	10
7	As técnicas jurídicas	6	7
8	Métodos de investigação e a informática	7	8
9	Noções de ética e deontologia	6	7
TOTAL		64	80

Método de Ensino

A disciplina de Metodologia Investigação Científica e Jurídica será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
- Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
- A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. DE OLIVEIRA, Sílvio Luís. *Metodologia Científica Aplicada ao Direito*. Edições Thomson. São Paulo. 2002.
2. Marconi, M. de A. & Lakatos, E. M. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Editora Atlas. 2001.
3. BARAÑANO, Ana Maria. *Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão. Manual de Apoio à Realização de Trabalhos de Investigação*. Edições Sílabo. 1ª Edição. Lisboa. 2004

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Sociologia Jurídica				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	5
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	1º Ano
Pré-Requisitos	Não Possui			Semestre	I

Objectivos da disciplina:

- Estabelecer a relação entre o Direito e a sociedade;
- Relacionar os comportamentos humanos como fenómeno social e a ordem jurídica;

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Noções Sobre Sociologia Geral	6	8
2	Fundamentos da Sociologia Jurídica	6	12
3	Sociedade Direito e Cultura	8	14
4	O Fenómeno Social com Objecto de diversas disciplinas	6	12
5	Comportamento Social, Direito e Controlo Social	6	12
6	A Pluridimensionalidade da Realidade Social	6	10
7	Factor Sociológico na Aplicação do Direito Positivo Moçambicano	6	12
8	Normas e Sanções Sociais	6	14

9	Desvio e Controlo Social	6	12
10	Sociedade, Direito e Cidadania	8	14
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Sociologia do Direito será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
- Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
- A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. Durkheim, E. *A Divisão do Trabalho Social*, Lisboa: Presença. 1977
2. Ferreira, C. *Sociologia*, Lisboa: McGraw-Hill. 1995
3. Giddens, A. *Sociologia*, Lisboa: Calouste Gulbenkian. 2000.

4. Lima, A. *Introdução à Sociologia*, Lisboa: Editorial Presença. 1987.
5. Luhmann, N. *Sociologia do Direito*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro. 1983
6. Nunes, A. *Questões Preliminares sobre as Ciências Sócias*, Lisboa: Editorial Presença. 2001.
7. Piaget, J. *A Situação das Ciências do Homem no Sistema das Ciências*, Amadora: Bertrand. 1973.
8. Rocher, G. *Sociologia Geral – A Acção Social*, Lisboa: Editorial Presença. 1989.
9. Sousa, B. *Pela Mão de Alice: O Social e o político na Pós- Modernidade*, Lisboa: Edições Afrontamento. 1994.
10. Santos, B., *Subjectividade, Cidadania e Emancipação*, in: Revista Critica de Ciências Sociais nº32. 1991
11. Santos, B. *O Estado e o Direito na Transição Pós- Moderna: para um novo senso comum sobre o poder e o Direito*, in: Revista Critica de Ciências Sociais nº30. 1990.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Introdução ao Direito e ao Pensamento Jurídico II				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	6
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	1º Ano
Pré-Requisitos	Aprovação na disciplina de Introdução ao Direito e ao Pensamento Jurídico I			Semestre	II

Objectivos da disciplina:

- Compreender o "Direito" como ordem da sociedade, através da análise crítica e da conceptualização dos seus elementos permanentes;
- Compreender a Ordem Jurídica, suas divisões, classificações e fontes;
- Compreender as noções jurídicas fundamentais do Direito, designadamente os elementos da situação jurídica, as regras de interpretação e aplicação da Lei;
- Compreender a metodologia jurídica e a estruturação da capacidade judicativa.

Conteúdo da Disciplina

Ord.	TEMA	HORA DE
------	------	---------

Tema		CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Codificação	8	16
2	Fontes de Direito	10	18
3	Ramos de direito	8	16
4	Sistemas jurídicos	10	18
5	Interpretação e aplicação da lei	10	18
6	Aplicação da lei no tempo e no espaço	8	16
7	Teoria geral e estrutura da relação ou situação jurídica	10	18
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Introdução ao Direito e ao Pensamento Jurídico II, será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
- Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
- A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. Amaral, D. *Manual de Introdução ao Direito*, vol. I. Coimbra: Almedina. 2004.
2. Ascensão, J., *Introdução ao Estudo do Direito*. Lisboa: Universidade de Lisboa. 1973.
3. Ascensão, J., *O Direito, Introdução e Teoria Geral: uma perspectiva luso-brasileira*. Coimbra: Almedina. 2001.
4. Marques, J. *Introdução ao Estudo do Direito*. Lisboa: Editora Danúbio
5. Sousa, M., Galvão, S., *Introdução ao Estudo do Direito*. Lisboa: LEX. 2000.
6. Telles, I., *Introdução ao Estudo do Direito*. Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa. 1990.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Direito Constitucional				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	6
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	1º Ano
Pré-Requisitos	Aprovação na disciplina de Ciência Política			Semestre	II

Objectivos da disciplina:

- Analisar as linhas gerais de evolução do Direito Constitucional Moçambicano;
- Justificar a importância da Constituição como fonte principal da garantia das liberdades e direitos fundamentais dos cidadãos;
- Interpretar e aplicar a legislação Constitucional;
- Compreender as estruturas fundamentais do Direito Constitucional positivo moçambicano.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Introdução ao Direito Constitucional	6	10
2	Fontes do Direito Constitucional	6	10
3	As normas constitucionais: estrutura, interpretação, integração e aplicação	8	12
4	Inconstitucionalidade: conceito e tipos. A garantia	4	12

	constitucional		
5	A nacionalidade	4	10
6	História constitucional moçambicana	6	10
TOTAL		34	64

Método de Ensino

A disciplina de Direito Constitucional será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
- Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
- A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores. A Nota de Frequências será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. CANOTILHO, J.J., *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, (7 Ed), Coimbra: Livraria Almedina. 2003.

2. GOUVEIA, J., *Manual de Direito Constitucional*, 2 Vols., Almedina. 2005
3. MIRANDA, J., *Manual de Direito Constitucional*, Tomo II, (5 Ed), Coimbra: Coimbra Editora. 2003.
4. MIRANDA, J., *Manual de Direito Constitucional*, Tomo VI, Coimbra: Coimbra Editora. 2003.
5. MIRANDA, J., *Direito Constitucional III: Direito Eleitoral e Direito Parlamentar*, Lisboa: ACFDL. 2003.
6. Caetano, M. *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, 6ª Edição, Tomo I, Reimpressão, Editora Almedina. Coimbra. 1996.
7. Canotilho, J.J. G. e Vital M. *Constituição da República Portuguesa Anotado*, 3ª Edição, Coimbra Editora. 1993.
8. Gouveia, J. B. *Manual de Direito Constitucional*, Editora Almedina, Coimbra. 2005
9. Miranda, J. *Manual de Direito Constitucional*, Tomo IV, 3ª Edição, Coimbra Editora. 2000.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	História do Direito				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	6
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	1º Ano
Pré-Requisitos	Não Possui			Semestre	II

Objectivos da disciplina:

- Conhecer a evolução do Direito desde os primórdios até a actualidade;
- Dotar os estudantes de conhecimentos visando uma interligação lógica e cronológica entre o Direito Costumeiro e Positivo;
- Proporcionar aos estudantes ferramenta básica visando a distinção dos sistemas jurídicos prevaletentes na História do Direito;
- Problematizar as questões fundamentais sobre as áreas de decisão estratégicas de Direito com vista a sua aplicação prática no sector judicial.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Introdução à história do Direito	8	16
2	O Direito nas Sociedades Primitivas	10	16
3	O Direito e a Sociedade no Oriente Antigo: Mesopotâmia e Egipto	6	12
4	O Direito na Antiguidade Grega	8	16
5	Direito Romano Clássico: Seus Institutos Jurídicos e o seu	8	16

	legado		
6	Sistemas Jurídicos tradicionais e não Europeus: Direito Muçulmano e direito Feudal	6	12
7	O direito Romano e o seu Ressurgimento no final da Idade Media	8	16
8	A Codificação do Direito e o Direito Moçambicano	10	16
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de História do Direito será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
- Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
- A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. Carnelluti, F., *Como nasce o Direito*, Porto: Escolar Editora. 1990.

2. Castro, F., *História do Direito Geral e Brasil*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: LumenJuris. 2007.
3. Wolkmer, A., *Fundamentos de História do Direito*, 3ª Edição (Revista e Ampliada). Belo Horizonte: Del Rey. 2006
4. Ilissen, J., *Introdução Histórica ao Direito*. 2ª Edição. Trad. Maria Hespanha e L. M. Macaísta Malheiros. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1995.
5. Gilissen, J. *Introdução a História do Direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkiana. 2006.
6. Davi, R., *História do Direito*. (1 Ed). Coimbra: Coimbra Edições. 1982.
7. Cruz, S., *Direito Romano*. (4 Ed), Coimbra: Coimbra Edições. 1984.
8. Caetano, M., *Direito Romano*. Coimbra: Coimbra Edições. 1984.
9. Caetano, M., *História do Pensamento Jurídico*. (1 Ed). Coimbra: Coimbra Edições. 1989.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Finanças Públicas e Direito Financeiro				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	6
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	1º Ano
Pré-Requisitos	Não Possui			Semestre	II

Objectivos da disciplina:

- Situar a disciplina no âmbito dos ramos de Direito Público
- Estabelecer a relação entre a distribuição de rendimentos na sociedade, os impostos e os gastos públicos do Estado;
- Justificar o impacto do funcionamento dos instrumentos de crédito na economia doméstica, poupança e oferta de trabalho.
- Identificar, compreender e explicar as fontes de recursos e as formas de financiamento das actividades do Estado;

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Introdução às Finanças Públicas	6	12
2	A actividade financeira do Estado	8	16
3	Finanças Públicas e Finanças Privadas	6	10
4	O conceito e as fontes do Direito Financeiro	6	10
5	As instituições financeiras	6	12
6	Instrumentos financeiros	6	12
7	O orçamento do Estado	6	12
8	Despesas e receitas públicas	8	16
9	Crédito público	6	10
10	Os sistemas fiscais	6	10
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Finanças Publicas e Direito Financeiro será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
- Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
- A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os

estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. DÁRIA, F., *Ciência das Finanças*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1947
2. DUVERGER, M., *Finanças Públicas*. Lisboa: Instituto Superior Monitor. 2002.
3. FRANCO, António Sousa. *Finanças Públicas e Direito Financeiro – 2. Volumes*. Coimbra: Coimbra Editora. 2006.
4. HODIES, T., Tibana, R., *A Economia Política do Orçamento em Moçambique*. Maputo: Principia. 2005.
5. MARTINEZ, P. *A essência do fenómeno financeiro, Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, I-2. Coimbra : Coimbra Editora. 2008
6. MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Editora Nova Cultural. 1996.
7. NOGUEIRA, R. *Direito Financeiro*. São Paulo: Saraiva. 1995
8. RIBEIRO, J., *Lições de Finanças Públicas*. Coimbra: Coimbra Editora. 1997.

9. MARTINEZ, P. S. *Economia Política*. Coimbra: Coimbra Editora. 2006.
10. SOUSA, D. *Finanças Públicas*. Coimbra: Almedina. 1992.
11. TEIXEIRA, A., *Finanças Públicas e Direito Financeiro*. Lisboa: Associação Académica da Faculdade de Direito. 1989.
12. WATY, T. *Introdução às Finanças Públicas e Direito Financeiro*. Maputo: W&W-Editora. 2002.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Ética Fundamental II				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	6
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	1º Ano
Pré-Requisitos	Aprovação na disciplina d Ética Fundamental I			Semestre	I

Objectivos da disciplina:

- Conhecer os Fundamentos ou Princípios da Ética com vista a agir bem.
- Melhorar a Personalidade do estudante dentro da convivência social.
- Compreender a inter-disciplinaridade entre a Ética e Outras Ciências, por exemplo, a Filosofia, Direito, Sociologia, Economia entre Outras.
- Discutir os Grandes Problemas actuais.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	A Pessoa Humana como Fundamento da Moral	8	20
2	A Ética na Modernidade: Crise da Moral e Problemas actuais	8	24
3	Livros I -A Felicidade	10	20
4	Livro II – As Virtudes Morais e Intelectuais	12	20
5	Livro V – A Justiça	8	16
6	Livro VIII – A Amizade	10	20

TOTAL	64	120
--------------	-----------	------------

Método de Ensino

A disciplina de Ética Fundamental II será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
- Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
- A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores. A Nota de Frequências será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

4. AAVV. *A Emergência do Filosofar*, 11^a e 12^a Classe, Moçambique Editora Lda Maputo, 2003.

5. ABBAGNANO, Nicola. História da Filosofia, 5ª edição, Editorial Presença Lda, Lisboa, 1991.
6. ARISTÓTELES, *Ética a Nicomáco*, 4ª edição, Martin Claret, São Paulo, 2001.
7. BERNABÉ, Tierno *Valores Humanos*, Tallhere de Editores, Madrid 1993.
8. CANO, Betuel. *Ética: arte de Viver*, 3ª edição, São Paulo, 2001.
9. HEGARTY, Angela e LEONARD, Siohan. *Direitos Homem: uma agenda para o séc. XXI*, Instituto Piaget, S.d
10. IZQUIERDO, Moreno Ciriaco, *Educar em Valores*, 2ª edição, Paulina, São Paulo, 2002.
11. LIMA VAZ, Lima, *Ética Filosófica I*, Edições Loyola, São Paulo, 1999.
12. MARCULINO, Camargo, *Fundamentos de Ética Geral e Profissional*, Vozes, Petrópolis, 1999.
13. VASQUEZ SANCHEZ, Adolfo. *Ética*, 20ª edição, Rio de Janeiro, 2000.
14. VIDAL, Marciano. *Moral das Atitudes II, Ética da Pessoa* São Paulo, Santuário, S.d

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Antropologia Cultural				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	5
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	1º Ano
Pré-Requisitos	Não Possui			Semestre	II

Objectivos da disciplina:

- Apresentar regras e práticas de comportamento das populações no meio urbano e rural brasileiro, que envolvem orientações culturais e étnicas particulares.
- Abordar assuntos específicos pela óptica do conflito entre o Direito oficial e o Direito costumeiro e por sua relação com os outros domínios da organização social, como a família e o parentesco.
- Sensibilizar os alunos para a potencialidade do debate interdisciplinar que envolve Antropologia e Direito, especialmente através de questões pertinentes aos temas da criminalidade e direitos humanos.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Afirmação e evolução da Antropologia nas Ciências sociais	12	17

2	Investigação em antropologia (o trabalho de campo)	14	15
3	Teorias Antropológicas	12	17
4	Factores e elementos da dinâmica cultural	14	15
5	Família e parentesco	12	16
TOTAL		64	80

Método de Ensino

A disciplina de Antropologia Cultural será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
- Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
- A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores. A Nota de Frequências será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. **Martinez, Lerma**, *Antropologia Cultural: Guia de Estudo*, Matola, 2000;
2. **Boas, Franz**, *Antropologia cultural; Textos selecionados, apresentação e tradução*, Celso Castro., 2.ed.- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005
3. **Lúcio Sousa**, *Antropologia Cultural, Caderno de Apoio*, Universidade Aberta, Lisboa, 2008
4. **Ferreira, Ricardo Alexandre**, *Antropologia Cultural: um itinerário para futuros professores de História*, Guarapuava : Ed. Unicentro, 2009.
5. **José Luiz dos Santos**, *O Que é Cultura, 16ª edição*, editora brasiliense, São Paulo, 2009
6. **Everardo P. Guimarães Rocha**, *O Que é Etnocentrismo, 5ª edição*, editora brasiliense, São Paulo, 1988
7. **Laraia, Roque de Barros**, *Cultura: Um Conceito Antropológico, 14.ed.*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 2001
8. **Battista Mondin**, *O homem, Quem é ele?, Elementos de Antropologia Filosófica*, Paulos, São Paulo, 2015
9. **Antonio Carlos de Souza Lima**, coordenação geral. *Antropologia e Direito: Temas Antropológicos para Estudos Jurídicos*. Brasília / Rio de Janeiro, 2012
10. **Celso Castro**, *Textos Básicos de Antropologia, Cem anos de tradição: Boas, Malinowski, Lévi-Strauss e outros*, Zahar Editor Ltda, Rio de Janeiro, RJ, 2016
11. **Pedro Fernandes de Queiros e António Gonçalves Sobreira**, *Antropologia Geral*, Instituto Superior de Teologia Aplicada, Sobral/2016
12. **Kuper, Adam**, *Antropólogos e Antropologia*; tradução de Alvaro Cabral. Rio de Janeiro, F. Alves, 1978

13. **Margarida Maria Moura**, *A antropologia cultural no seu nascimento*, REVISTA USP, São Paulo, n.69, p. 123-134, março/maio 2006
14. **Haviland Willian**, *Cultural Anthropology: The Human Challenge*, 2005, http://www.wadsworth.com/cgi-wadsworth/course_products_wp.pl?fid=M2
15. **Barnard, Alan; Spencer, Jonathan** (Ed.), *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*, Routledge. 2002

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Teoria Geral do Direito Civil I				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	6
Área Científica		Língua de Ensino	Português	Nível	2º Ano
Pré-Requisitos	Aprovação na disciplina de Introdução ao Direito e ao Pensamento Jurídico I § II			Semestre	I

Objectivos da disciplina:

- Utilizar a terminologia jurídica fundamental;
- Compreender as relações entre a Teoria Geral de Direito Civil e o Direito em geral;
- Desenvolver uma visão extensa na área civilista;
- Aplicar os principais conceitos, princípios, instituições, institutos e figuras jurídicas;
- Desenvolver habilidades para a resolução de casos da vida real através de hipóteses académicas

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Conceito e âmbito do Direito Civil	8	16

2	Direito Civil e outros Ramos de Direito Privado	10	16
3	Princípios Fundamentais do Direito Civil	6	12
4	Fontes do Direito Civil (Código Civil de 1966)	8	16
5	Teoria Geral da Relação Jurídica	8	16
6	Conceito, Estrutura e Elementos da Relação Jurídica	6	12
7	Teoria Geral dos sujeitos da Relação Jurídica	8	16
8	Teoria Geral do Objecto da Relação Jurídica	10	16
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Teoria Geral do Direito Civil I será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
 - Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
 - A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento Pedagógico em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. Ascensão, J., *O Direito, Introdução e Teoria Geral: uma perspectiva luso-brasileira*. Coimbra: Almedina. 2001.
2. Da Mota Pinto, C., *Teoria Geral do Direito Civil*, 4ª Edição Actualizada, Coimbra:Coimbra Editora. 2005.
3. Mendes, J., *Teoria Geral do Direito Civil*, Lisboa: AAFDL. 1978.
4. Fernandes, L., *Teoria Geral do Direito Civil*, Lisboa: Lex. 2001.
5. Cordeiro, A., *Teoria Geral do Direito Civil*, Porto: Almedina. 2002.
6. Andrade, M., *Teoria Geral da Relação Jurídica*, Lisboa: Lex. 2003.

Curso	Licenciatura em Direito			
Disciplina	Direito do Trabalho I			
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos 6
Área Científica		Língua de Ensino	Português	Nível 2º Ano
Pré-Requisitos	Não Possui			Semestre I

Objectivos da disciplina:

- Compreender os conceitos básicos do Direito do Trabalho, através do recurso a diversas correntes, doutriniais e jurisprudenciais;
- Analisar a estrutura normativa das relações de produção de forma objectiva.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Origem, Natureza e Objecto do Direito do Trabalho	8	16
2	Fontes, Interpretação e Aplicação do Direito do Trabalho	10	16
3	A Relação Individual de Trabalho	6	12
4	Formação e Conteúdo do Contrato de Trabalho	8	16
5	Execução do Contrato de Trabalho	8	16

6	Retribuição e Sistemas Remuneratórios	6	12
7	Vicissitudes do Contrato de Trabalho	8	16
8	Cessação do Contrato de Trabalho	10	16
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Direito do Trabalho I será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
 - Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
 - A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento Pedagógico em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. CORDEIRO, A., *Manual de Direito do Trabalho*, Coimbra: Coimbra Editora. 1991.
2. FERNANDES, A., *Direito do Trabalho*, 11ª Edição, Coimbra: Coimbra Editora. 1999.
3. MARTÍNEZ, P., *Direito do Trabalho*, Coimbra: Coimbra Editora. 2002.
4. RAMALHO, M. R., *Autonomia Dogmática do Direito do Trabalho*, Coimbra: Coimbra Editora. 1991.
5. VEIGA, A., *Lições de Direito do Trabalho*, 6ª Edição Lisboa: Almedina. 1995.
6. XAVIER, B., *Curso de Direito do Trabalho*, 2ª Edição, Lisboa: Almedina. 1999.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Direito Administrativo I				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	6
Área Científica		Língua de Ensino	Português	Nível	2º Ano
Pré-Requisitos	Não Possui			Semestre	I

Objectivos da disciplina:

- Compreender as diferentes formas de manifestação do poder administrativo na relação entre a Administração Pública com os particulares e a sua articulação com os princípios constitucionais, os quais servem de instrumento de controlo e de orientação da acção administrativa,
- Compreender a essência das garantias dos particulares,
- Identificar a origem e a evolução do Direito Administrativo como um ramo do Direito Público;
- Identificar como é que o Direito Administrativo é Complementar ao Direito Constitucional;
- Analisar os aspectos mais relevantes do Direito Administrativo e a potencial utilização no exercício das carreiras jurídicas;
- Compreender a estrutura administrativa do Estado e a Administração Pública;
- Reconhecer os princípios ordenadores básicos da actividade administrativa;

- Aplicar os conhecimentos adquiridos sobre regulamentos administrativos, actos administrativos, contratos administrativos e responsabilidade civil da Administração Pública;

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Conceito da Administração Pública.	8	16
2	Administração Pública e as funções do Estado.	10	18
3	Os Sistemas Administrativos.	10	18
4	Subordinação da Administração Pública ao Direito Administrativo.	10	16
5	Noção do Direito Administrativo; Normas do Direito Administrativo.	8	16
6	Teoria Geral da Organização Administrativa.	10	18
7	Sistema de Organização Administrativa.	8	16
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Direito Administrativo I será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
 - Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão

convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.

- A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento Pedagógico em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. DO AMARAL, Diogo Freitas. *Curso de Direito Administrativo, vol. I e II*, Almedina
2. CISTAC, Gilles. *Manual de Direito das Autarquias Locais*. Livraria Universitária, UEM.
3. Rivero, J., *Direito Administrativo*. Coimbra: Almedina. 1981.
4. Caetano, M., *Manual de Direito Administrativo*, Vol. I e II, Coimbra: Almedina. 1990.
5. AMARAL, Diogo Freitas, *Curso de Direito Administrativo – Vol. I, II, III* Coimbra: Almedina. 1983.
6. Antunes, L., *Tutela dos interesses difusos em Direito Administrativo*. Coimbra: Editora. 1985.

7. Caetano, M. (1992)., *Direito Administrativo*, Vol. I, 1992
8. Cistac, G., *Atribuições e Competências*. Apontamentos produzidos na UEM; 1993
9. Correia, F., *As Garantias dos Particulares na expropriação por utilidade pública*. Lisboa: Almedina; 1990.
10. Gonçalves, P., *Contrato Administrativo – uma instituição do Direito Administrativo do nosso Tempo*. Coimbra: Almedina. 1990.
11. SOUSA, M., Matos, A., *Direito Administrativo Geral TOMO I – introdução e princípios fundamentais*. Coimbra: Almedina. 1989.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Direito Penal I				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	6
Área Científica		Língua de Ensino	Português	Nível	2º Ano
Pré-Requisitos	Não Possui			Semestre	I

Objectivos da disciplina:

- Fazer a aplicação prática dos princípios do direito penal
- Interpretar e aplicar a lei criminal
- Conhecer os aspectos comuns de todos os crimes
- Determinar a medida concreta da pena tendo em conta as circunstâncias relevantes para a agravação ou atenuação da pena.
- Conhecer aspectos específicos dos tipos legais de crime

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Noção fundamental do Direito Penal	6	10
2	A posição do Direito Penal no mundo jurídico e suas relações com outros ramos de direito	6	12

3	Os fins das penas	6	10
4	Fontes do Direito Penal	6	12
5	Princípios do Direito Penal	6	12
6	Interpretação e integração da lei penal	8	14
7	Aplicação da lei penal	6	12
8	Teoria da Infracção Penal	8	14
9	A aplicação da medida concreta da pena	6	12
10	A extinção da responsabilidade penal	6	12
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Direito Penal I será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
 - Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
 - A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento Pedagógico em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. Beleza, T., *Direito Penal I e II*. Lisboa: AAFDL. 2000.
2. CORREIA, E., *Direito Criminal I e II*, Coimbra: Almedina. 1971
3. CAVALEIROO, F., *Direito Penal Português*. Coimbra: Almedina. 2010
4. DIAS, J. F., *Direito Penal*. Coimbra: Almedina. 2010.
5. DIAS, J. F., *Direito Penal: Parte Geral, TomO I, Questões Fundamentais. A Doutrina Geral do Crime*, Coimbra: Almedina. 2004.
6. RODRIGUES, A., *A determinação da Medida da Pena Privativa de Liberdade*. Coimbra: Coimbra Editora. 1995.
7. ROXIN, C., *Derecho Penal*. Madrid: Reus. 2008
8. ANTUNES, M., *O Internamento de Imputaveis em Estabelecimentos Destinados a Inimputaveis*. São Paulo: Perspectiva. 2000

Curso	Licenciatura em Direito			
Disciplina	Direito Económico			
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos 5
Área Científica		Língua de Ensino	Português	Nível 2º Ano
Pré-Requisitos	Não Possui			Semestre I

Objectivos da disciplina:

- Dotar os estudantes de conhecimentos sobre a importância da vida económica do homem, na sociedade em geral e no seu relacionamento económico com o Estado e outros homens;
- Dar a conhecer aos estudantes o papel do Estado na economia do país e a sua dupla missão (produtora e reguladora);
- Transmitir aos estudantes o problema da interligação entre o direito e a economia na sua qualidade de ciências sociais e os respectivos actores.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Noção e natureza do Direito Económico	6	6
2	Fundamentos de autonomia do Direito Económico	2	6
3	Fontes do Direito Económico	4	6
4	Génese do Direito Económico Moçambicano	4	6

5	Principais características do Direito Económico	2	6
6	Constituição Económica	4	8
7	O Estado como produtor de bens e serviços	6	6
8	O Estado como regulador da Economia	4	6
9	Intervencionismo	6	4
10	Nacionalizações	6	6
11	Privatizações	6	8
12	Planeamento económico	6	6
13	Regulação dos sistemas monetário e financeiro	6	6
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Direito Económico será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
 - Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
 - A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento Pedagógico em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. SANTOS, António Carlos; GONÇALVES, Maria Eduarda; MARQUES, Maria Manuel Leitão. *Direito Económico*. 3ª Edição. Almedina. Coimbra. 1998
2. WATY, Teodoro Andrade. *Direito Económico*. W&W Editora, Limitada. Maputo. 2011.
3. VAZ, Manuel Afonso. *Direito Económico*. 4ª Edição. (ver. E actualizada). Coimbra Editora. 1998
4. CABRAL DE MONCADA, Luís S. *Direito Económico*. 3ª Edição (revista e actualizada). Coimbra Editora. 2000.
5. Cordeiro, A., *Direito da Economia*. Lisboa: Edições AAFDL. 1999.
6. Ferreira, E., *Sumário de Direito da Economia*. Lisboa: AAFDL. 2000.
7. Ferreira, E., *Direito da Economia*, Lisboa: AAFDL. 2001.
8. Franco, S., *Noções de Direito da Economia*, Lisboa: Edições da AAFDL. 2003
9. Marques, M., *Um curso de Direito da concorrência*. Coimbra: Coimbra Editora. 2002.
10. Santos, A., Gonçalves, Marques, M., *Direito Económico*, (5 Ed), Lisboa: Editora Almedina. 2004.
11. Vital, M., *Estudos de Regulação Pública*. Coimbra: Coimbra Editora. 2004.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Lógica				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	5
Área Científica		Língua de Ensino	Português	Nível	2º Ano
Pré-Requisitos	Não Possui			Semestre	I

Objectivos da disciplina:

- Conhecer a histórica e importância da lógica no discurso jurídico;
- Ser capaz de construir um discurso lógico;
- Identificar e desconstruir os discursos falaciosos.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Introdução à Lógica	8	10
2	Importância da lógica como ciência, características e breve história	10	12
3	Lógica do conceito	6	8
4	Lógica do Juízo	8	10
5	Lógica das ilações	8	10
6	Silogismo	6	8
7	Lógica do raciocínio	8	10
8	Silogismos e discursos falaciosos	10	12
TOTAL		64	80

Método de Ensino

A disciplina de Lógica será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
 - Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
 - A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento Pedagógico em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. ALMEIDA, Vieira. Lógica Elementar. 2 ed. Coimbra: Arménio Amado, 1961.
2. LEGRAND, Gerard. Dicionário de Filosofia. Lisboa: 70, 1991.
3. LIMA, Arlete C. Lógica & Linguagem. 2 ed. Salvador: Centro Edit e Didáctica da UFBA, 1993.

4. ABBAGNANO, N. Dicionário de Filosofia. S. Paulo: M. Jou, 1970.
5. OLÉRON, Pierre A Argumentação. Martins: Publicações Europa-América, (s.d).
6. PIAGET, J. Lógica e Conhecimento Científico: II Secção, Lógica, 1980. v. I.
7. PUTNAM, H. Lógica. Combinatória. Enciclopédia EINAUDI 13. Lisboa: IN-
CM. 1988.

Curso	Licenciatura em Direito			
Disciplina	Teoria Geral do Direito Civil II			
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos 6
Área Científica		Língua de Ensino	Português	Nível 2º Ano
Pré-Requisitos	Aprovação na disciplina de Teoria Geral I			Semestre II

Objectivos da disciplina:

- Proporcionar aos estudantes a ferramenta básica e mais elementar do Direito Civil;
- Desenvolver uma visão extensa na área civilística do Direito;
- Aprofundar o conhecimento da terminologia jurídica fundamental, dando continuidade ao ensino ministrado na disciplina de Introdução ao Estudo de Direito;
- Dar conhecimento dos principais conceitos, princípios, institutos e figuras jurídicas que são comuns a todo o Direito privado, e, em particular, ao Direito Civil.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Teoria Geral do Negócio Jurídico.	8	16
2	O Facto Jurídico	10	16
3	Modalidades de Aquisição, Modificação e Extinção de	6	12

	Relações Jurídicas		
4	Conceito e Importância do Negócio Jurídico.	8	16
5	Classificação dos Negócios Jurídicos.	8	16
6	Elementos essenciais do Negócio Jurídico.	6	12
7	Declaração Negocial, seus elementos e tipos de vícios e sua interpretação.	8	16
8	Elementos acidentais do Negócio Jurídico, Condição, Termo e Cláusula Penal.	10	16
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Teoria Geral do Direito Civil II será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
 - Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
 - A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento Pedagógico em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. ASCENSÃO, J. de Oliveira, *Teoria Geral do Direito Civil*. Coimbra: Almedina. 2002.
2. MOTA PINTO, C. A., *Teoria Geral do Direito Civil*, (4 Ed), Coimbra: Coimbra Editora. 2005.
3. MENDES, J. C., *Teoria Geral do Direito Civil*, Lisboa: AAFDL. 1978.
4. FERNANDES, L., *Teoria Geral do Direito Civil, Vol 1 e 2*, Lisboa: Lex. 2001.
5. CORDEIRO, A., *Teoria Geral do Direito Civil*, Porto: Almedina. 2002.
6. ANDRADE, M., *Teoria Geral da Relação Jurídica*, Coimbra: Coimbra Editores. 2003.

Curso	Licenciatura em Direito			
Disciplina	Direito do Trabalho II			
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos 6
Área Científica		Língua de Ensino	Português	Nível 2º Ano
Pré-Requisitos	Aprovação na disciplina de Direito do Trabalho I			Semestre II

Objectivos da disciplina:

- Identificar e elaborar contratos individuais e colectivos de trabalho;
- Distinguir os contratos de trabalho, em geral, dos contratos com conteúdo ou regime especial e das figuras afins;
- Interpretar e aplicar normas laborais, legais e convencionais;
- Assessorar e orientar processos de negociação colectiva, de composição pacífica de conflitos laborais;
- Redigir notas de culpas e figuras a fins típicas dos procedimentos disciplinares no âmbito do direito de trabalho;
- Compreender a tramitação do processo laboral e suas especificidades.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	As relações individuais de trabalho	8	16

2	Vicissitudes do contrato de trabalho	6	16
3	Cessação do contrato de trabalho	6	12
4	Relações colectivas de trabalho	8	16
5	Higiene e Segurança no Trabalho	8	16
6	Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	6	12
7	Segurança Social dos Trabalhadores	8	10
8	Organizações Sócio-Profissionais	6	10
9	Negociação Colectiva	4	6
10	Os Conflitos Colectivos de Trabalho	4	6
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Direito do Trabalho II será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
 - Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
 - A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento Pedagógico em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. CORDEIRO, A., *Manual de Direito do Trabalho*, Coimbra: Coimbra Editora. 1991.
2. FERNANDES, A., *Direito do Trabalho*, 11ª Edição, Coimbra: Coimbra Editora. 1999.
3. MARTÍNEZ, P., *Direito do Trabalho*, Coimbra: Coimbra Editora. 2002.
4. RAMALHO, M. R., *Autonomia Dogmática do Direito do Trabalho*, Coimbra :Coimbra Editora. 1991.
5. VEIGA, A., *Lições de Direito do Trabalho*, 6ª Edição. Lisboa: Almedina. 1995
6. XAVIER,, B., *Curso de Direito do Trabalho*, 2ª Edição, Lisboa: Almedina. 1995.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Direito Administrativo II				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	6
Área Científica		Língua de Ensino	Português	Nível	2º Ano
Pré-Requisitos	Aprovação na disciplina de Direito Administrativo I			Semestre	II

Objectivos da disciplina:

- Compreender as diferentes formas de manifestação do poder administrativo na relação entre a Administração Pública com os particulares, e a sua articulação com os princípios constitucionais, os quais servem de instrumento de controlo e de orientação da acção administrativa,
- Compreender a essência das garantias dos particulares;
- Identificar a origem e a evolução do Direito Administrativo como um ramo do Direito Público;
- Identificar como é que o Direito Administrativo é Complementar ao Direito Constitucional;
- Analisar os aspectos mais relevantes do Direito Administrativo e sua utilização no exercício das carreiras jurídicas;
- Compreender a estrutura administrativa do Estado e a Administração Pública;
- Reconhecer os princípios ordenadores básicos da actividade administrativa;
- Aplicar os conhecimentos adquiridos sobre regulamentos administrativos, actos administrativos, contratos administrativos e responsabilidade civil da Administração Pública;

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Princípios Constitucionais sobre Administração Pública.	10	18
2	Poder Regulamentar	8	16
3	Poder de Decisão Unilateral	10	18
4	Privilégio de Execução Prévia	8	16
5	Regime Especial dos Contractos Administrativos.	10	18
6	A responsabilidade Civil da Administração Pública.	10	18
7	Garantia dos Particulares.	8	16
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Direito Administrativo II será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
 - Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
 - A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento Pedagógico em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. AMARAL, D., *Curso de Direito Administrativo, Vol. I e II*. Coimbra: Almedina. 1994.
2. CISTAC, Cistac. *Manual de Direito das Autarquias Locais*. Livraria Universitária, UEM. 1996
3. RIVERO, J., *Direito Administrativo*. Coimbra: Almedina. 1981.
4. CAETANO, M., *Manual de Direito Administrativo, Vol. I e II*. Coimbra: Almedina. 1990.
5. SOUSA, M. *Direito Administrativo, Tomo I e II*. Coimbra: Coimbra Edições. 2003
6. SOUSA, M., Matos, A., *Direito Administrativo Geral TOMO I – Introdução e Princípios Fundamentais*. Coimbra: Coimbra Edições. 2001.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Direito Penal II				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	6
Área Científica		Língua de Ensino	Português	Nível	2º Ano
Pré-Requisitos	Aprovação na disciplina de Direito Penal I			Semestre	II

Objectivos da disciplina:

- Conhecer os elementos constitutivos dos tipos legais de crime
- Subsumir os factos jurídicos criminais nos respectivos tipos legais de crime;
- Estabelecer relações entre os diversos tipos legais de crime

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Introdução ao Direito Penal II	8	10
2	Conceito de Tipo Legal de Crime	6	16
3	Etiologia do Crime	6	12
4	Elementos Constitutivos do Crime	4	16
5	A Não Exigibilidade.	4	16
6	Causas de Exclusão da Culpa.	6	12

7	Medida da Pena (Pena Concreta).	8	16
8	Formas de comparticipação Criminosa.	6	8
9	Concurso de Infracções.	4	8
10	Circunstâncias Agravantes e Atenuantes Modificativas Comuns.	4	6
11	Circunstâncias Agravantes e Atenuantes Modificativas Particulares. (Especiais).	4	8
12	Dos crimes em especial	4	8
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Direito Penal II será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
 - Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
 - A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento Pedagógico em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. BELEZA, T., *Direito Penal I e II*. Lisboa: AAFDL. 20900.
2. CORREIA, E., *Direito Criminal I e II*. Coimbra: Almedina. 1971.
3. FERREIRA, M., *Direito Penal Português*. Coimbra: Almedina. 2003.
4. DIAS, J. F., *Direito Penal*. Coimbra: Almedina. 1976.
5. DIAS, J. F., *Direito Penal, parte geral, Tome I, Questões Fundamentais*. A doutrina geral do crime, Coimbra: Almedina.
6. STRATENWERTH, G., *Derecho Penal, parte general* (trad. Da 2ª Ed. Alemã de 1976 por Gladys Romero), Madrid: Edersa. 1982.
7. RODRIGUES, A., *A Determinação da Medida da Pena Privativa de Liberdade*. Coimbra: Coimbra Editora. 12005.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Direito Internacional Público				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	5
Área Científica		Língua de Ensino	Português	Nível	2º Ano
Pré-Requisitos	Não possui			Semestre	II

Objectivos da disciplina:

- Compreender a evolução histórica do Direito Internacional Público e a sua relação estreita com a evolução dos Estados dentro do actual sistema das relações internacionais;
- Desenvolver um conjunto de conhecimentos jurídicos de base que fundamentam a relação entre os sujeitos do Direito Internacional e os mais actuais problemas colocados nas relações internacionais;
- Compreender os grandes desafios das organizações internacionais com vista à manutenção da paz e promoção dos Direitos Humanos no mundo;
- Aplicar a norma internacional em casos práticos;
- Justificar o papel do Direito Internacional desde a sua origem e na sociedade de globalização.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto	Estudo

		Directo	Individua l
1	Noção do Direito Internacional Público (DI)	2	4
2	Direito Internacional e outros ramos do Direito	6	6
3	Teorias sobre o D I	6	6
4	Sujeitos do D I	4	4
5	Reconhecimento de Estados e de Governos	6	6
6	Fontes e Princípios do D I	6	6
7	Breve História do D I	4	6
8	Soberania Territorial e Sucessão dos Estados	4	6
9	Direito do Mar, Aéreo e Espacial	4	6
10	Relações Diplomáticas e Consulares, Privilégios e Imunidades dos Estados	6	6
11	Responsabilidades dos Estados	6	6
12	Organizações Internacionais; o seu papel na promoção e defesa dos direitos humanos. A Protecção e Defesa Internacional dos Direitos Humanos	6	6
13	Tratados internacionais (conclusão, reservas, aplicação, interpretação, extinção)	4	6
14	Resolução pacífica de disputas internacionais	6	6
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Direito Internacional Público será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
 - Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
 - A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento Pedagógico em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. Accioly, H., *Manual de DIP*, Rio de Janeiro: Edição Saraiva. 1999
2. Melo, C., *Curso de DIP*. Edição Rio de Janeiro: Freitas Bastos. 2000.
3. Melo, C., *DIP (Tratado e Convenções)*. Edição Rennes. São Paulo: Brasiliense. 2001.
4. QUADROS, Fausto de. *Manual de Direito Internacional Público*.

5. CUNHA, Joaquim da Silva. *Manual de Direito Internacional Público*.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Direitos Humanos				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal		Créditos	5
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	2º Ano
Pré-Requisitos	Não Possui			Semestre	II

Objectivos da disciplina:

- Enunciar e caracterizar os direitos humanos;
- Discutir e compreender os fundamentos dos direitos humanos;
- Descrever a função e a importância prática dos direitos humanos.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Conceito e alcance dos Direitos Humanos; Origem e fundamentos dos Direitos Humanos;	8	8
2	Características dos Direitos Humanos e a problemática da revelação dos Direitos Humanos;	8	10
3	A problemática da autonomia científica dos Direitos Humanos.	8	8
4	Teoria geral dos Direitos Humanos	8	10

5	Contextualizaco dos sistemas de protecco dos Direitos Humanos	8	12
6	Sistema das Nações Unidas de Protecção dos Direitos Humanos	8	10
7	Sistemas regionais de Protecção e Promoção dos Direitos Humanos	8	10
8	Os Direitos Humanos em Especial: Gerais e específicos	8	12
TOTAL		64	80

Método de

A disciplina de Direitos Humanos será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
- Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
- A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação  componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores. A Nota de Frequências será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

BR, 16 de Novembro de 2004.

AAVV. *Dicionário Jurídico*, Ed. Almadina, Coimbra, 1995.

BOBBIO, Norberto, *A Era dos Direitos*, Ed. Campus, 1992.

PIOVESAN, Flavia, *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*, S/e, 2006.

Declaração Universal Sobre os Direitos Humanos.

Declaração Universal dos Direitos da Criança.

Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.

GOUVEIA, Jorge B., *Manuel de Direito Constitucional*, Ed. Almadina, 2009.

BULOS, Uadi. L., *Curso de Direito Constitucional*, Ed. Saraiva-São Paulo, 2007.

BONAVIDES, Paulo, *Teoria Constitucional da Democracia Participativa*, Ed. S. Paulo, 2001.

AAVV, *Direitos Humanos, Estrangeiros, Comunidades Migrantes e Minorias* (coordenação de JOSÉ JOAQUIM GOMES CANOTILHO), Lisboa, 2000

- AAVV, *Direitos Humanos – Teorias e práticas* (org. de PAULO FERREIRA DA CUNHA), Coimbra, 2003

- AAVV, *Direitos Humanos das Mulheres*, Coimbra, 2005

- ALBINO DE AZEVEDO SOARES, *Lições de Direito Internacional Público*, 4ª ed., Coimbra, 1988, pp. 400 e ss.

- ANDRÉ GONÇALVES PEREIRA e FAUSTO DE QUADROS, *Manual de Direito Internacional Público*, 3ª ed., Coimbra, 1993, pp. 378 e ss.

- ANTÓNIO JOSÉ FERNANDES, *Direitos humanos e cidadania europeia – fundamentos e dimensões*, Coimbra, 2004, e *Os direitos do homem na legitimação dos*

Estados, in AAVV, *Estudos em Comemoração dos Cinco Anos (1995-2000) da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, Coimbra, 2001, pp. 121 e ss.

- ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil Português*, vol. I, tomo III, Coimbra, 2004, p. 85

- ARMANDO M. MARQUES GUEDES, *Direito Internacional Público*, Lisboa, 2ª ed., Lisboa, 1992, pp. 200 e ss.

- EDUARDO CORREIA BAPTISTA, *Direito Internacional Público – sujeitos e responsabilidade*, II, Coimbra, 2004, pp. 349 e ss.

- FRANCISCO FERREIRA DE ALMEIDA, *Direito Internacional Público*, 2ª ed., Coimbra, 2003, pp. 328 e ss.

JOAQUIM DA SILVA CUNHA e MARIA DA ASSUNÇÃO DO VALE PEREIRA, *Manual de Direito Internacional Público*, 2ª ed., Coimbra, 2004, pp. 463 e ss.

- JÓNATAS MACHADO, *Direito Internacional Público*, 3ª ed., Coimbra, 2006, pp. 269 e ss.

- JORGE BACELAR GOUVEIA, *O estado de exceção no Direito Constitucional – entre a eficiência e a normatividade das estruturas de defesa extraordinária da Constituição*, I, Coimbra,

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Direito das Obrigações I				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	6
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	3º Ano
Pré-Requisitos	Aprovação na disciplina de Teoria Geral do Direito Civil I § II			Semestre	I

Objectivos da disciplina:

- Identificar a situação jurídica obrigacional nas suas várias modalidades;
- Conhecer as principais fontes das obrigações;
- Identificar as situações de incumprimento e os seus efeitos;
- Conhecer alguns tipos contratuais em particular.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Noção de Direito das Obrigações.	6	14
2	Princípios do Direito das Obrigações.	8	16
3	Conceito, Estrutura e Conteúdo da Relação Obrigacional	10	20
4	Fontes das Obrigações	12	18
5	Modificação e Transmissão das Obrigações.	8	16

6	Cumprimento e outras Formas de Extinção das Obrigações.	10	18
7	Incumprimento das Obrigações.	10	18
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Direito das Obrigações I será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
- Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
- A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequências será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. BASTOS, J., *Das Obrigações em Geral*. São Paulo: Tip. Serra – Viseu. 2014.

2. CORDEIRO, A., *Direito das Obrigações, Vol I e II*. Lisboa: Almedina. 2002.
3. COSTA, M., *Direito das Obrigações*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2001.
4. FARIA, J., *Direito das Obrigações, Vol. I e II*, Lisboa: Almedina.
5. GOMES, M., *Casos Práticos de Direito das Obrigações*. Lisboa: AAFDL. 2000.
6. LEITÃO, L., *Direito das Obrigações, Vol. I, II, III*. Coimbra: Coimbra Edições. 2000.
7. MARTÍNEZ, P., *Direito das Obrigações - Parte especial – Contratos*, Lisboa: Almedina. 2005
8. PEREIRA, M.. *Introdução ao Direito e às Obrigações*, Coimbra: Almedina. 1992
9. TELES, I. Galvão. *Manual dos Contratos em Geral*. Lisboa: Lex. 1995.
10. TELES, I. Galvão. *Direito das Obrigações*. Coimbra: Almedina. 2014.
11. VARELA, J., *Das Obrigações em Geral, Vol.I, II*. Lisboa: Almedina. 2010.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Direito Comercial I				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	6
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	3º Ano
Pré-Requisitos	Não Possui			Semestre	I

Objectivos da disciplina:

- Ministrará ao aluno conhecimentos teóricos de doutrina, legislação e jurisprudência;
- Treinar o aluno na aplicação dos conhecimentos e da técnica jurídica, no âmbito económico-comercial.
- Habilitar o aluno para as profissões que exigem o conhecimento da matéria comercial;
- Exercitar o aluno nos problemas de consultoria e assessorias jurídicas na área.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Origem e evolução do Direito Comercial	8	16
2	Conceito e fontes do Direito Comercial	10	16
3	Actos e actividades comerciais	6	12
4	Interpretação e integração de lacunas	8	16
5	Elementos da relação jurídica comercial	8	16

6	Dos Comerciantes	6	12
7	A organização do comerciante	8	16
8	Protecção Jurídica da empresa comercial	10	16
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Direito Comercial I será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
- Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
- A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. CORREIA, Miguel Pupo, *Direito Comercial*; Editora Ediforum, Portugal, 2011.

2. FERRER CORREIA, *Lições do Direito Comercial e Empresarial* Volumes I, II, III, IV, Editora Lex, 1994, Lisboa.
3. JOSÉ ABUDO, *Direito Comercial*, 2009, Maputo, Moçambique.
4. JOSÉ DE OLIVEIRA ASCESÃO, *Direito Comercial* – Direito Industrial, Volume II, 1994, Lisboa.
5. JÚNIOR, Manuel Guilherme, *Manual de Direito Comercial Moçambicano*, Vol. 1, Escolar Editora, Maputo, 2013.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Direito Processual Civil I				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	8
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	3º Ano
Pré-Requisitos	Não Possui			Semestre	I

Objectivos da disciplina:

- Situar o Direito Processual Civil como um ramo de Direito Público Adjectivo;
- Articular a relevância do direito Processual Civil como um Direito subsidiário para outros ramos de Direito Processual;
- Proporcionar capacidade exigida para a prática e técnicas processuais;
- Habilitar os estudantes à persuasão, postura e disciplina em Tribunal;

- Dotar os estudantes de conhecimentos básicos na tramitação de processos comuns e processos especiais.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Conceito do Direito Processual Civil	2	6
2	Interpretação das Leis e Integração de Lacunas em Processo Civil	6	14
3	Aplicação das Leis no Tempo	4	8
4	Caracteres de Direito Processual Civil	6	12
5	Princípios Gerais de Direito Processual Civil	6	10
6	Espécies das acções consoante o seu fim	6	10
7	Pressupostos Processuais	6	10
8	Da instância	4	10
9	Procedimentos Cautelares	6	10
10	Formas do Processo	6	10
11	Fases do processo declarativo	6	10
12	Tramitação do Processo declarativo	6	10
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Direito Processual Civil I será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
- Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
- A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. VARELA, J., BEZERRA, J., NORA, S., *Manual de Processo Civil*, 2ª Edição, Coimbra: Coimbra Editora. 1985.
2. ANDRADE, M., *Noções Elementares de Processo Civil*, Coimbra: Coimbra Editora. 1979.
3. TOMÁS, T., *A Revisão do Processo Civil*, Faculdade de Direito da UEM. 2007.
4. LOPES, M., *Dos Procedimentos Cautelares*, Coimbra: Livraria Almedina. 1965.
5. NETO, A. *Código de Processo Civil Anotado*, Coimbra: Almedina. 1994.

6. CARDOSO, E., *Manual da Acção Executiva*, Coimbra: Almedina. 1964
7. FREITAS, J. *A Acção Executiva*. 4ª Edição, Coimbra: Coimbra Editora. 2004.
8. MENDES, J., *Direito Processual Civil III- Recursos e Acção Executiva*, Lisboa: AAFDL. 1999.

Curso	Licenciatura em Direito			
Disciplina	Direito Processual Penal			
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos 6
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível 3º Ano
Pré-Requisitos	Aprovação na disciplina de Direito Penal I \$ II			Semestre I

Objectivos da disciplina:

- Avaliar o carácter adjectivo do Direito Processual penal em Relação ao Direito Penal como direito substantivo;
- Emitir parecer ou opinião sobre a forma processual mais adequada para a resolução de uma questão criminal em tribunal.
- Desenvolver uma visão investigativa sobre a administração da justiça no âmbito penal, quer ao nível orgânico quer ao nível funcional.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Conceito e Função do Direito Processual Penal	6	14
2	Natureza Jurídica do Direito Processual Penal	8	16
3	Princípios Gerais do Processo Penal	12	20

4	Pressupostos Processuais	10	18
5	Os Sujeitos Processuais	8	16
6	Do Procedimento: Marcha do Processo	10	18
7	Formas do Processo Penal (Comum e Especial)	10	18
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Direito Processual Penal será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
- Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
- A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. ANDRADE, M., *Sobre as Proibições de Prova e Processo Penal*. Coimbra: Coimbra Editora. 1992.

2. DIAS, F., *Direito Processual Penal, Vol. I*, Coimbra: Coimbra Editora. 2004.
3. FERREIRA, M., *Curso de Processo Penal, 3º Tomo*, Lisboa: LEX. 1981.
4. MENDES, J., *Direito Processual Civil, Conceito de Prova em Processo Civil*. Lisboa: AAFDL. 1961.
5. NEVES, A. Castanheira, *Sumários do Processo Criminal*. Coimbra: Coimbra Editora. 1968.
6. SILVA, G., *Curso de Processo Penal, vol. I e II, 2ª Edição*. Porto: Editorial Verbo. 1999.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Direito Fiscal e Aduaneiro				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	6
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	3º Ano
Pré-Requisitos	Não Possui			Semestre	I

Objectivos da disciplina:

- Compreender o conceito de Direito Fiscal e Aduaneiro;
- Caracterizar os tipos de imposto;
- Estabelecer relações entre o Direito Fiscal e o Direito Internacional;
- Estabelecer relações entre o Direito Fiscal, o Direito Financeiro e Finanças Públicas;

- Descrever as diferentes fases da vida do imposto, bem como as diferentes formas de extinção da obrigação do imposto;
- Conhecer o sistema tributário moçambicano.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Noções e Natureza do Direito Fiscal e Aduaneiro	4	8
2	Fontes do Direito Fiscal e Aduaneiro e Sua Hierarquia	8	12
3	Princípios do Direito Fiscal e Aduaneiro	8	12
4	Interpretação, Integração e Aplicação da Lei Fiscal e da Lei Aduaneira no Tempo e Espaço	10	16
5	Relação do Direito Fiscal e Aduaneiro com Outros Ramos de Direito	8	12
6	Finalidades da Actividade Fiscal do Estado	6	12
7	Teoria Geral do Imposto	8	16
8	Relação Jurídico Fiscal	6	12
9	O Processo Administrativo Fiscal	4	8
10	Os Sistemas Tributários	4	8
11	Impostos na Especialidade (IRPS, IRPC, IVA e ICE)	12	12
12	Contencioso Fiscal e Aduaneiro	8	14
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Direito Fiscal e Aduaneiro será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
- Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
- A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. Beltrame, P., *Os Sistemas Fiscais*, Coimbra: Almedina.
2. CARLOS, A., Changa, A., *Manual de Formação em IRPS*, Maputo: URTI. 2003.
3. GOMES, N., *Manual de Direito Fiscal, Vols. I e II*, Lisboa: Lex. 2003.
4. GUIMARÃES, V., *Manual de Direito Fiscal Moçambicano*, Maputo: URTI. 1976.

5. GUIMARÃES, A., *Direito Aduaneiro e Fiscal e Procedimentos Técnicos Aduaneiros*, Maputo: CIEDIMA. 2005.
6. IBRAIMO, I., *O Direito e a Fiscalidade*. Maputo :CIEDIMA. 2000.
7. MARTINEZ, P. S., *Direito Fiscal*. Coimbra: Almedina. 1998.
8. Nabais, J., (2002) *Direito Fiscal*, Coimbra: Almedina. 2002.
9. PAUL, J. E. *Elementos de Direito Aduaneiro*. Imprensa Nacional de Moçambique. 1958.
10. SANCHES, J.L., *Manual de Direito Fiscal*. Lisboa: Lex. 1998.
11. WATY, T., *Introdução ao Direito Fiscal*. Maputo: W&W Editora. 2004.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Direitos Fundamentais				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	6
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	3º Ano
Pré-Requisitos	Não Possui			Semestre	I

Objectivos da disciplina:

- Estimular o estudante a lidar objectivamente com matérias referentes a garantia dos Direitos Fundamentais dos cidadãos, olhando criticamente à sua volta para melhor compreender o papel desempenhado pelos diversos actores sociais na garantia da materialização do exercício dos Direitos fundamentais dos cidadãos;
- Dotar o estudante de ferramentas mínimas para saber enquadrar a questão dos Direitos Humanos na sociedade moçambicana e na região e conhecer os organismos quer locais, quer regionais ou internacionais que superintendem a complexa questão do exercício de Direitos e de uma governação baseada em Direitos Humanos.
- Identificar, os Direitos Fundamentais de figuras afins e os seus conteúdos;
- Categorizar os Direitos Fundamentais e conhecer a sua evolução histórica;
- Analisar os princípios relativos aos Direitos Fundamentais e aplicá-los;
- Analisar alguns Direitos Fundamentais em especial na ordem jurídica moçambicana;
- Sistematizar os Direitos Fundamentais;
- Avaliar os Direitos Fundamentais no Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Sentido dos Direitos Fundamentais	12	18
2	Conceitos afins e categorias dos direitos fundamentais	10	18
3	Direitos fundamentais e sistemas constitucionais	10	16
4	Regime dos direitos fundamentais	8	16
5	Direitos fundamentais como direitos subjectivos	10	16
6	Direitos fundamentais em especial	14	20
7	Metódica dos direitos fundamentais	8	16
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Direitos Fundamentais será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
- Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
- A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional, Tomo IV, Direitos Fundamentais*. 3ª Edição. Coimbra Editora. 2000.
2. CANOTILHO, J.J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 3ª Edição. Almedina. Coimbra.
3. NOVAIS, Jorge Reis. *Direitos Fundamentais e Justiça Constitucional*. Coimbra Editora. Coimbra. 2012.
4. NOVAIS, Jorge Reis. *As Restrições aos Direitos Fundamentais*. 2ª Edição. Coimbra Editora. 2003.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Direito das Obrigações II				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	6
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	3º Ano
Pré-Requisitos	Aprovação na disciplina de Direito das Obrigações I			Semestre	II

Objectivos da disciplina:

- Dotar aos estudantes com conhecimentos do valor social e económico dos contratos;
- Conhecer profundamente os contratos tipificados no Código Civil;
- Garantir que os estudantes tenham um raciocínio científico rigoroso de forma a poder explicar os conceitos técnico-jurídicos da disciplina do Direito das Obrigações.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Objecto das obrigações	6	14
2	Modalidades das obrigações quanto ao vínculo	8	16
3	Modalidades das obrigações quanto ao objecto	12	20
4	Garantia geral das obrigações	10	18
5	Garantias especiais das obrigações	8	16
6	Meios de conservação da garantia patrimonial	10	18
7	Contratos em especial	10	18
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Direito das Obrigações II, será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
- Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
- A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores. A Nota de Frequências será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. BASTOS, J., *Das Obrigações em Geral, vol.I, II, III*. Lisboa: Tip. Serra - Viseu. 2006.
2. CORDEIRO, A.. *Direito das Obrigações, vol I, II*. Coimbra: Almedina. 2000.
3. CASTA, M., *Direito das Obrigações*. Coimbra: Almedina. 2004
4. MARTÍNEZ, P., *Direito das Obrigações - Parte especial – Contratos*. Coimbra: Almedina. 2000.
5. FARIA, J., *Direito das Obrigações, Vol. I, II*. Coimbra: Almedina. 2003.
6. GOMES, M., *Casos Práticos*. Coimbra: Almedina. 2002.
7. LEITÃO, L., *Direito das Obrigações, vol. I, II, III*. Coimbra: Almedina. 2009.
8. VARELA, J., *Das Obrigações em Geral, Vol.I, II*. Coimbra: Almedina. 2000.
9. TELES, I., *Manual dos Contratos em Geral*. Coimbra: Almedina. 2010.
10. PEREIRA, M., *Introdução ao Direito e às Obrigações*, Coimbra: Almedina. 2010.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Direito Comercial II				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	6
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	3º Ano
Pré-Requisitos	Aprovação na disciplina de Direito Comercial I			Semestre	II

Objectivos da disciplina:

- Ensino didáctico das matérias que informam o direito mercantil moçambicanos mediante a análise dos textos legais em vigor, com indicações doutrinárias sucintas.
- Total enfoque dado aos conceitos fundamentais do empresário e da sua empresa em torno dos quais se agrupam diversas matérias, da concepção moderna do direito comercial como direito ordenador da organização mercantil e da actividade profissional do empresário, acentuando-se o estudo do contrato social e de figuras próximas, e das principais alterações daquele.
- Identificação e esclarecimento das normas legais fundamentais em matéria do direito societário, mediante estudo analítico das sociedades em nome colectivo, de capital e indústria, em comandita, sociedades por quotas da sociedade anónima, buscando a sua constituição, desenvolvimento ou vicissitudes e extinção.
- Noções sucintas, sem prejuízo, todavia, do tratamento integral de cada tipo de contratos comerciais, nomeadamente dos contratos de agência, Mútuo, o shopping center, cartões de crédito, franquias.
- Estudo dos princípios e normas relevantes em matéria de título de crédito, em particular da letra de câmbios, mediante a análise das regras comuns aos títulos de crédito em geral e, bem assim, do seu regime jurídico específico, por representarem, estes, o mais antigo instrumento da circulação da riqueza

mobiliária e porque vêm assumindo uma difusão crescente da prática quotidiana num sistema de economia do mercado.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Sociedades Comerciais: noção e elementos caracterizantes	6	14
2	Vícios do contrato de sociedade	8	16
3	Órgãos das sociedades comerciais	12	20
4	Tipologia das sociedades comerciais	10	18
5	Vicissitudes das sociedades comerciais	8	16
6	Títulos de crédito	10	18
7	Contratos comerciais	10	18
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Direito Comercial II será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
- Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
- A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os

estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. CORREIA, Miguel Pupo, *Direito Comercial*; Editora Ediforum, Portugal, 2011.
2. FERRER CORREIA, *Lições do Direito Comercial e Empresarial* Volumes I, II, III, IV, Editora Lex, Lisboa. 1994.
3. JOSÉ ABUDO, *Direito Comercial*, Maputo, 2000.
4. JOSÉ DE OLIVEIRA ASCESÃO, *Direito Comercial – Direito Industrial, Volume II*, Lisboa. 1994.
5. JÚNIOR, Manuel Guilherme, *Manual de Direito Comercial Moçambicano, Vol. I*, Escolar Editora, Maputo, 2013

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Direito Processual Civil II				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	6
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	3º Ano
Pré-Requisitos	Aprovação na disciplina de Direito Processual Civil I			Semestre	II

Objectivos da disciplina:

- Situar o Direito Processual Civil como um ramo de Direito Público Adjectivo;
- Articular a relevância do Direito Processual Civil como um Direito subsidiário para outros ramos de direito processual;
- Ter capacidade exigida para a prática e técnicas processuais;
- Estarem habilitados à persuasão, postura e disciplina em Tribunal;
- Tramitar processos comuns e processos especiais;
- Emitir parecer ou opinião sobre a forma processual mais adequada para a resolução de um litígio em Tribunal.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Acção Executiva	4	8
2	Das Partes	6	10
3	Espécies de acções executivas	6	14
4	Da Execução para Pagamento de Quantia Certa	6	12
5	Da Execução para Entrega de Coisa Certa	6	12
6	Da Execução para Prestação de Facto (Positivo/Negativo)	6	12
7	Dos Títulos Executivos	6	14
8	Da Penhora	4	6
9	Pagamento	4	6
10	Nomeação de bens à penhora	6	8
11	Oposição à Penhora (Embargos e Agravo)	6	12

12	Extinção da execução	4	6
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Direito Processual Civil II será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
- Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
- A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. ANDRADE, M., *Noções Elementares de Processo Civil*, Coimbra: Coimbra Editora. 1979.
2. CARDOSO, E., *Manual da Acção Executiva*. Coimbra: Livraria Almedina. 1964

3. FREITAS, J., *A Acção Executiva*. 4ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora. 2004
4. LOPES, M., *Dos Procedimentos Cautelares*. Coimbra: Almedina. 1965
5. MENDES, J., *Direito Processual Civil III- Recursos e Acção Executiva*, Lisboa: AAFDL. 1999.
6. NETO, A., *Código de Processo Civil Anotado*. Coimbra: Almedina. 1994.
7. TIMBANE, T., *A Revisão do Processo Civil*, Maputo: Faculdade de Direito da UEM. 2007.
8. VARELA, J., Bezerra, J., *Manual de Processo Civil*. 2ª Edição, Revista e actualizada, Coimbra: Coimbra Editora. 1985.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Direito Processual Laboral				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	5
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	3º Ano
Pré-Requisitos	Aprovação na disciplina de Direito do Trabalho I § II			Semestre	II

Objectivos da disciplina:

- Situar o Direito Processual do Trabalho como um ramo de direito adjectivo no conjunto dos demais ramos de direito.
- Articular a relevância do Direito Processual do Trabalho no quadro da resolução jurisdicional dos conflitos laborais.
- Emitir parecer ou opinião sobre a forma processual mais adequada para a resolução de litígios laborais em tribunal.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Conceito e função do Direito Processual do Trabalho	4	8
2	Fontes do Direito Processual do Trabalho	4	8
3	Condições da acção de trabalho	2	6
4	As acções trabalhistas e os procedimentos cautelares	6	8
5	As formas de processo	4	8
6	Formalismo do processo declaratório	4	8
7	Provas no Processo do Trabalho	6	8
8	Instrução do Processo	4	6
9	Discussão e julgamento da causa	4	8
10	Da sentença	2	6

11	Formalismo do processo sumário	4	8
12	Formalismo do processo sumaríssimo	4	8
13	A acção executiva	2	6
14	Do título executivo	4	8
15	Recursos e Pedidos de revisão de julgados	4	8
16	Processos especiais de acidentes de trabalho e doenças profissionais	6	8
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Direito Processual Laboral será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
- Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
- A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores cada A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. ALEGRE, C., *Processo Especial de Acidentes de Trabalho*, Coimbra: Almedina. 1986.
2. LOPES, C., *Manual de Processo do Trabalho*, Lisboa: Petrony, Lda. 1998.
3. LOPES, C., *A Acção Executiva em Processo Laboral*, Coimbra: Almedina. 1990
4. MARTÍNEZ, P., *Direito do Trabalho*, Coimbra: Almedina. 2007.
5. NETO, A., *Código de Processo do Trabalho Anotado*. Lisboa: Ediforum. 2008.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Direito Internacional privado				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	5
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	3º Ano
Pré-Requisitos	Não Possui			Semestre	II

Objectivos da disciplina:

- Analisar os planos de regulamentação do DIP;
- Compreender a dimensão publicista do DIP, como garantidor de direitos fundamentais;
- Identificar os principais elementos de conexão presentes no ordenamento jurídico moçambicano;
- Analisar os demais métodos de solução de conflitos de leis no espaço;
- Identificar as soluções possíveis para cada caso no DIP especial.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Noção de Direito Internacional Privado.	2	3
2	DIP e Outros Ramos de Direito.	4	5
3	Fontes do DIP.	4	5
4	Evolução Histórica.	2	3
5	Natureza das Normas de Conflito.	4	5
6	Aplicação das regras de Direito Internacional Privado.	4	5
7	Princípios de Direito Internacional Público	4	5
8	Interpretação e Integração de Conflitos	4	4
9	Reenvio no DIP.	4	5
10	Qualificação.	4	4
11	Ordem Pública Internacional.	2	3
12	Fraude à Lei no DIP e Questão Prévia no DIP.	4	5

13	Processo e Problemas de Unificação do DIP.	4	5
14	Direitos dos Estrangeiros	2	3
15	Reconhecimento Internacional e Capacidade.	4	5
16	Lei Reguladora das coisas e das obrigações contratuais.	4	5
17	Lei Reguladora das Relações de Família e do Fenómeno Sucessório.	4	5
18	Lei Reguladora da Responsabilidade Civil por Ilícitos Cíveis.	4	5
TOTAL		64	80

Método de Ensino

A disciplina de Direito Internacional Privado será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
- Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
- A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. ANDRADE, A., *Manual de Direito Internacional Privado*. Ed. Sugestões Literárias. New York: Oxford University Press. 1975
2. ARAÚJO, N., *Direito Internacional Privado. Teoria e Prática Brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar. 2011
3. CORREIA, A., *Direito Internacional Privado: Leis e Projectos de Leis e Convenções Internacionais*. Coimbra: Coimbra Editora. 1988.
4. CORREIA, A., *Direito Internacional Privado. Alguns Problemas*. Coimbra: Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra. 1989
5. CORREIA, A., *Lições de Direito Internacional Privado, vol. I*, Coimbra: Almedina. 2000
6. FRIEDRICH, T., *As normas imperativas de Direito Internacional Privado*. Belo Horizonte: Editora Fórum. 2007
7. MACHADO, J., *Lições de Direito Internacional Privado, 3ª Edição*. Coimbra: Almedina. 1993
8. MOURA, R. *Estudos em Homenagem à Professora Doutora Isabel de Magalhães Collaço. vol. I e II*. Coimbra: Almedina. 2002
9. PINHEIRO, L., *Direito Internacional Privado*, Coimbra: Almedina, 2008

10. RAMOS, R., *Da Lei Aplicável ao Contrato de Trabalho Internacional*. Coimbra: Almedina. 1991
11. RIBEIRO, M., *Introdução ao Direito Internacional Privado*. 1ª Edição. Coimbra: Almedina. 2000
12. SANTOS, A., *Direito Internacional Privado*. Lisboa: AAFDL. 1995
13. SANTOS, A., *Direito Internacional Privado*. Lisboa: AAFDL. 1987
14. STRENGER, I., *Direito Internacional Privado*. 3ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1996
15. VICENTE, D., *Da Responsabilidade Pré-Contratual em Direito Internacional Privado*. Coimbra: Almedina. 2001
16. VICENTE, D., *Direito Internacional Privado. Ensaios, 3 vols.*, Coimbra: Almedina. 2002.
17. VICENTE, D., *Direito Internacional Privado – Ensaios. vol. I e II*. Coimbra: Almedina. 2005

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Direito do Ambiente				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	3	Créditos	4
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	3º Ano
Pré-Requisitos	Não Possui			Semestre	II

Objectivos da disciplina:

- Conhecer os princípios do Direito do Ambiente;
- Aplicar a legislação ambiental no ordenamento jurídico Moçambicano;
- Resolver casos práticos ambientais;
- Promover e defender o Ambiente.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Introdução ao Direito do Ambiente	6	8
2	Direito Internacional do Ambiente	6	8
3	Direito Constitucional do Ambiente	6	8
4	Quadro legal e institucional	6	8
5	Instrumentos específicos de prevenção ambiental	8	8
6	Principais problemas ambientais	8	8
7	Responsabilidades	6	8
8	Protecção do ambiente costeiro e marinho	6	8
9	Acesso à justiça – protecção dos direitos difusos	6	8
10	Ordenamento do território	6	8
TOTAL		48	80

Método de Ensino

A disciplina de Direito do Ambiente será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.

- Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
- A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. 7.ª Edição, Rio de Janeiro, Lúmen Júris, 2004.
2. , José Joaquim Gomes Canotilho. *Introdução ao Direito do Ambiente*. Universidade Aberta, 1998.
3. MACHADO, Paulo Afonso. *Direito Ambiental Brasileiro*. 12.ª Edição, Malheiros Editores, 2004.
4. , Alda. *Lei Comentada do Ambiente*. Maputo, CFJJ, 2006.
5. , Carlos /CUNHA, Fernando. *Manual de Direito do Ambiente*. 2.ª Edição, Maputo, CFJJ, 2008.
6. SERRA, Carlos. *Colectânea de Legislação do Ambiente*. 3.ª Edição, Maputo, CFJJ, 2006.

7. Carlos (Coordenação científica). *Direito do Ambiente – Contributos para Reflexão*. Maputo, UEM, 2005.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Direito da Família				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	6
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	4 ^o Ano
Pré-Requisitos	Não possui			Semestre	I

Objectivos da disciplina:

- Compreender a essência do direito de Família, as suas figuras e a sua interligação no sistema do Direito Civil;
- Diferenciar as relações de parentesco de outras relações sociais, bem como os respectivos efeitos
- Caracterizar as formas de constituição da família e seus efeitos pessoais e patrimoniais

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Introdução: Conceito do Direito de família e suas relações com o Direito da Sucessões	6	14
2	Parentesco - Afinidade – Adopção	8	16
3	Formas de constituição da família	12	20
4	Filiação	10	18
5	Alimentos	8	16
6	O direito da família e as normas internacionais protectoras dos direitos da mulher e da criança	10	18
7	A união de facto	10	18
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Direito da Família será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
 - Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
 - A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. VARELA, A., *Direito da Família, Volume 1*. 5ª Edição, Lisboa: Livraria Petrony. 1999.
2. CAMPOS, D., *Lições de Direito da Família e das Sucessões*. Lisboa: Livraria Petrony. 1990
3. CRUZ, G., *Da União de Facto, Convivência More Uxorio em Direito Internacional Privado*, Coimbra: Livraria Almedina. 1999.
4. EPIFÂNIO, R., *Direito de Menores*, Coimbra: Livraria Almedina. 1999.

5. ASCENSÃO, J., *Direito Civil: Sucessões*, 5ª Edição, Coimbra: Coimbra Editora. 2000.
6. SOUSA, R., *Lições de Direito das Sucessões*, Coimbra: Coimbra Editora. 2000.
7. TELES, G., *Direito das Sucessões Noções Fundamentais, Vol. I e II*, 4ª Edição, Coimbra: Coimbra Editora. 2000.
8. COELHO, P., *Lições de Direito da Família e das Sucessões*, Coimbra: Coimbra Editora. 2000.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Direitos Reais				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	6
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	4º Ano
Pré-Requisitos	Aprovação na disciplina de Direito das Obrigações I § II			Semestre	I

Objectivos da disciplina:

- Caracterizar o direito subjectivo real e distingui-lo dos direitos de crédito;
- Estabelecer as relações entre os princípios e características dos direitos reais;
- Aplicar o regime jurídico dos direitos reais em especial;
- Interpretar e aplicar os novos direitos reais que integram a ordem jurídica moçambicana.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Introdução. Noções gerais e enquadramento da disciplina na sistemática do Direito	6	14
2	A categoria “Direitos Reais”: função; formação; conteúdo; conceito; natureza jurídica; posição clássica; assento legislativo.	8	16
3	Posse: objecto; origem histórica; fundamento; constituição; classificação; vicissitudes; modos de aquisição e perda; natureza jurídica; usucapião:	12	20
4	Propriedade: função social: a propriedade na CRM e no CC; conceito; conteúdo; modos de aquisição e perda; direitos de vizinhança; compropriedade; propriedade horizontal; regulamento do condomínio	10	18
5	Direitos reais limitados: usufruto; uso e habitação;	8	16

	servidões prediais; direito de uso e aproveitamento da terra;		
6	Direitos reais de garantia: hipoteca; penhor; direito de retenção; consignação de rendimentos; privilégios creditórios.	10	18
7	Direitos reais de aquisição; direito de preferência e promessa de compra e venda com eficácia real.	10	18
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Direitos Reais será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
 - Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
 - A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. ASCENSÃO, O., *Direito Civil: Reais*. 5ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora. 1993.
2. ASCENSÃO, J., *Direito Civil Reais*. 5ª Edição. Coimbra: Coimbra editora. 1993.
3. CORDEIRO, A., *Direitos Reais*, 1ª Edição. Coimbra: Almedina. 1996.
4. CORDEIRO, A., *Direitos Reais*. Lisboa: Lex. 1996.
5. CORDEIRO, A., *Direitos Reais*. Lisboa: FDL. 1984.
6. FERNANDES, L., *Direitos Reais*. Coimbra: Coimbra Editora. 2009.
7. GONÇALVES, A., *Curso de Direitos Reais*. Lisboa: Universidade Lusíada. 1992.
8. MOREIRA, Á., *Direitos Reais*. Coimbra: Almedina. 2009.
9. PINTO, R., *Teoria Geral dos Direitos Reais de Moçambique – Posse*. Coimbra: Almedina. 2006
10. SANTOS, E., *Direitos Reais de Ontem e de Hoje. vol. II*. Lisboa: Instituto Superior Ciências Sociais e Políticas. 2009.
11. VIEIRAA, J., *Direitos Reais*. Coimbra: Coimbra Editora. 2008
12. VIEIRA, J., *Direitos Reais, Perspectivas Histórica do seu Ensino em Portugal*. Coimbra: Coimbra Editora. 2009

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Direito Processual Administrativo				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	6
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	4º Ano
Pré-Requisitos	Aprovação na disciplina de Direito Administrativo I § II			Semestre	I

Objectivos da disciplina:

- Compreender a origem e a evolução do Direito Processual Administrativo Contencioso como um ramo do Direito Processual Geral;
- Analisar os aspectos fundamentais do universo em que actua o Direito Processual Administrativo Contencioso;
- Aplicar as normas do Direito Processual Administrativo Contencioso vigentes.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Introdução Geral	8	16
2	As fontes do Direito Processual Administrativo	10	18
3	O recurso contencioso	12	18
4	As acções	8	16
5	Os recursos jurisdicionais	10	18
6	A execução	12	18
7	A arbitragem administrativa	8	16
TOTAL		62	120

Método de Ensino

A disciplina de Direito Processual Administrativo será ministrada com recurso à seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
 - Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
 - A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Práticas Jurídicas				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	6
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	4º Ano
Pré-Requisitos	Aprovação nas disciplinas de Direito Processual Civil e Direito Processual Penal			Semestre	I

Objectivos da disciplina:

- Conduzir adequadamente uma consulta com um cliente;
- Redigir cartas e outros documentos para clientes, advogados e contra-partes;
- Elaborar contratos e peças processuais;
- Desempenhar suficientemente os papéis de advogado, procurador e juiz.
- Conhecer as técnicas do registo em geral;
- Saber redigir peças de acordo com normas notariais;
-

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Introdução: modalidades de casos práticos, métodos clássicos de resolução jurídica, tipos de provas	8	16
2	Esquema genérico de resolução de casos práticos	4	8
3	Exemplos e respectivas propostas de resolução	6	12
4	Estrutura dos acórdãos	4	8
5	Prática de resolução de hipóteses e análise de jurisprudência	4	16
6	Redacção de documentos (cartas, procuração, substabelecimento)	6	12
7	Elaboração de contratos, pareceres jurídicos e peças processuais (petição, contestação, nota de culpa, etc.)	8	16
8	Funcionamento dos cartórios dos tribunais	4	8
9	Actividades simuladas (atendimentos de clientes, negociações, julgamentos, etc.)	6	8

10	Seminários de Registo e Notariado	8	8
11	Visitas guiadas (Conservatórias e Cartórios Notariais)	6	8
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Práticas Jurídicas será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
 - Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
 - A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. ARAUJO, António Magro Borges de. *Prática Notarial*. 2. Edição, Coimbra, Livraria Almedina, 1993.

2. MATOS, Albino. *Temas do Direito Notarial I. Coimbra*. Livraria Almedina. 1992.
3. PALMER, Robin *et alls. Becoming a Lawyer – Fundamental Skills for Law Students*. Durban, LexisNexis Butterworths, 2003.
4. PALMER, Robin and David McQuoid-Mason. *Basic Trial Advocacy Skills*. LexisNexis, Durban, 2000.
5. *Noções de Direito Registral (Predial e Comercial) – J.^a Mouteia Guerreiro (2^a edição)* Coimbra Editora 1994.
6. FORAN, John. *Introduction – Student Guidelines for Case Discussion*, www.soc.ucsb.edu/projects/casemethod/guidelines;
7. GONZÁLEZ, José A. R. L. e GONZÁLEZ, Maria do Carmo. *Guia de Estudo de Direito*. 4. edição, Lisboa. QuidJuris, 2011.
8. ROMAINVILLE, Marc e GENTILE, Concetta. *Métodos para aprender* (trad. port.), Porto, Porto Editora, 1995.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Direito dos Registos e Notariado				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	5
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	4 ^o Ano
Pré-Requisitos	Não Possui			Semestre	I

Objectivos da disciplina:

- Estudo aprofundado das relações jurídicas registrais e do notariado e respectiva regulamentação.

- Qual é o lugar do Direito Registral e o Notariado no centro das Ciências jurídicas.
- Qual a correlação existente entre os institutos do direito civil e os registos notariados.
- Quais os órgãos normais e especiais (incluindo critérios definidores de competências) para a execução dos actos do registo e do notariado.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Registo Civil	16	20
2	Notariado	14	15
3	Registo Predial	20	20
4	Registo Comercial/Entidades Legais	14	25
TOTAL		64	80

Método de Ensino

A disciplina de Direito dos Registos e Notariado será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
 - Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.

- A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. **Registo Civil:** Constituição da Republica; Código Civil + Lei da Família; Código do Registo Civil; Leis sobre Menores (7/2008, de de 9 de Julho e Lei 8/2008, de 15 de Julho); Declaração Universal dos Direitos do Homem; Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos; Convenção sobre os Direitos de Crianças.
- **Manuais gerais de direito: família e sucessões.**
2. **Registo Predial:** Código Civil; Lei de Terras (+ Regulamento); Código do Registo Predial.
- **Manuais gerais de direito: teoria geral; obrigações; reais.**
3. **Notariado:** Código Civil; Código Comercial; Código do Processo Civil; Código do Notariado.
- **Manuais gerais de direito; teoria geral; obrigações; família; sucessões.**

4. Registo Comercial: Código Comercial e Regulamento do Registo das Entidades Legais.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Direito dos Contratos				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	5
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	4º Ano
Pré-Requisitos	Aprovação na disciplina de Direito das Obrigações II			Semestre	I

Objectivos da disciplina:

- Ensino didáctico das matérias que informam o direito contratual mercantil moçambicano mediante a análise dos textos legais em vigor, com indicações doutrinárias sucintas.
- O enfoque dado aos conceitos fundamentais dos contratos do empresário e da sua empresa em torno dos quais se agrupam diversas matérias, da concepção moderna

do direito comercial como direito ordenador da organização mercantil e da actividade profissional do empresário, acentuando-se o estudo do contrato social e dos demais contratos típicos e atípicos.

- Identificação e esclarecimento das normas legais fundamentais em matéria do direito contratual, mediante estudo analítico das diferentes modalidades de contratos existentes.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Introdução à teoria geral dos contratos	6	16
2	Evolução histórica do contrato	4	8
3	Princípios da teoria geral dos contratos	6	12
4	Formas de intervenção dos Estado na disciplina dos contratos	8	10
5	Requisitos genéricos para a formação, validade e eficácia dos contratos	6	8
6	Formação do contrato	6	12
7	Classificação dos contratos	8	16
8	Extinção dos contratos	4	8
9	Interpretação dos contratos	6	8
10	Transmissão dos contratos	6	10
11	Contratos internacionais	4	8
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Direito dos Contratos será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
 - Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
 - A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

11. BASTOS, J., *Das Obrigações em Geral, vol.I, II, III*. Lisboa: Tip. Serra - Viseu. 2006.

12. CORDEIRO, A., *Direito das Obrigações, vol I, II*. Coimbra: Almedina. 2000.
13. CASTA, M., *Direito das Obrigações*. Coimbra: Almedina. 2004
14. MARTÍNEZ, P., *Direito das Obrigações - Parte especial – Contratos*. Coimbra: Almedina. 2000.
15. FARIA, J., *Direito das Obrigações, Vol. I, II*. Coimbra: Almedina. 2003.
16. GOMES, M., *Casos Práticos*. Coimbra: Almedina. 2002.
17. LEITÃO, L., *Direito das Obrigações, vol. I, II, III*. Coimbra: Almedina. 2009.
18. VARELA, J., *Das Obrigações em Geral, Vol.I, II*. Coimbra: Almedina. 2000.
19. TELES, I., *Manual dos Contratos em Geral*. Coimbra: Almedina. 2010.
20. PEREIRA, M., *Introdução ao Direito e às Obrigações*, Coimbra: Almedina. 2010.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Direito das Sucessões				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	6
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	4º Ano
Pré-Requisitos	Aprovação na disciplina de Direito da Família			Semestre	II

Objectivos da disciplina:

- Analisar a razão de ser do fenómeno sucessório, o seu processo e sistemática e a sua Interligação com o Direito de Família em particular e o Direito Civil em geral;
- Interpretar e aplicar metodologicamente a lei sucessória a diversas situações teórico-práticas;
- Instuir um processo de habilitação de herdeiros e elaborar os respectivos mapas de partilha

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Introdução, Conceito e Noções Gerais de Direito das Sucessões	6	8
2	Espécies de Sucessão por Morte	4	8
3	Diferenciação entre Herança e Legado	4	8
4	Sistemas Sucessórios	4	8
5	Morte e pressupostos da Sucessão	4	8
6	Abertura da sucessão	4	6
7	Aquisição Sucessória	4	8
8	Representação Sucessória	4	8
9	Petição da herança	2	6
10	Administração e Alienação da Herança	6	8
11	Encargos da Herança e sua Liquidação	6	8
12	Partilha da Herança	4	8
13	Sucessão Legitimária	2	6
14	Sucessão Contratual	2	6
15	Sucessão Testamentária	4	8
16	Sucessão legítima	4	8
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Direito das Sucessões será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
 - Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
 - A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. ASCENSÃO, J., *Direito Civil: Sucessões*. 5ª Edição. Coimbra: Coimbra Editora. 2000.
2. CAMPOS, D., *Lições de Direito da Família e das Sucessões*, Coimbra: Livraria Almedina. 1990.
3. COELHO, P., *Lições de Direito da Família e das Sucessões*. Coimbra: Coimbra Editora. 2000
4. CRUZ, Geraldo da, *Da União de Facto, Convivência More Uxorio em Direito Internacional Privado*. Livraria Almedina , Coimbra. 2000.

5. EPIFÂNIO, R., *Direito de Menores*. Coimbra: Almedina. 1999.
6. SACRAMENTO, L., Do Amaral, A., *Direito das Sucessões*, 2ª Edição, Maputo: Livraria Universitária. 1997
7. SOUSA, R., *Lições de Direito das Sucessões*. Coimbra: Coimbra Editora. 2000.
8. TELES, G., *Direito das Sucessões Noções Fundamentais, vol. I e II*, 4ª Edição, Coimbra: Coimbra Editora. 2000.
9. VARELA, A., *Direito da Família, vol. I*, 5ª Edição, Lisboa: Livraria Petrony. 1999.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Filosofia do Direito				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	6
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	4o Ano
Pré-Requisitos	Não possui			Semestre	II

Objectivos da disciplina:

- Proporcionar o gosto do conhecer, do imperativo intelectual, de tentar definições gerais, de multiplicar as questões e as dúvidas, de comunicar o sentido profundo, racional, meditado a todas as coisas e a todas as atitudes.
- Captar a razão das coisas e a lógica dos complexos universais que constituem os objectivos essenciais da cadeira

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	A Filosofia – Seus elementos característicos: historicidade, radicalidade, universalidade, autonomia e exigência crítica.	6	10
2	Situação do Direito no mundo da cultura: O Direito como objecto da filosofia – filosofia do Direito e Ciência do Direito.	4	8
3	O problema de Filosofia do Direito: Filosofia do Direito e Filosofia no Direito	4	12
4	A divisão da Filosofia do Direito	4	10
5	Filosofia do Direito e o pensamento jurídico.	6	8
6	Filosofia do Direito e ética: a) Teoria da acção e da conduta: ser e dever ser; b) Justiça e Direito – Hegel (George W. Friedrich); c) A Justiça em Rawls.	6	12
7	A dogmática jurídica	4	6
8	O moralismo jurídico e o direito natural.	4	8
9	O positivismo jurídico e a concepção legalista do direito.	6	10
10	O normativismo - Hans Kelsen	6	6
11	O realismo jurídico – Axel Hagerstrom.	4	8
12	A teoria egológica – Carlos Cossio	6	10
13	A teoria tridimensional do direito: seu quadro compreensivo - Miguel Reale	2	4
14	Validade do direito: vigência, eficácia e fundamento	2	4
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Filosofia do Direito será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
 - Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
 - A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequências será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. Foucault, M., *Vigiar e Punir – História de Violência nas Prisões*. (25 Ed). São Paulo: Editora Vozes Petrópolis. 2002
2. Habermas, J., *Direito e Moral*. Lisboa: Instituto Piaget. 1992.
3. Kelsen, H., *O Problema da Justiça* – tradução de João Baptista Machado. (3 Ed). São Paulo: Martins Fontes. 1998.
4. Kelsen, H., *O que é Justiça?* – Tradução de Luís Carlos Borges. (3 Ed). São Paulo: Martins Fontes. 2001
5. Rawls, J., *Direito Dos Povos*. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

6. Rawls, J., *Justiça Como Equidade- Uma Reformulação*. São Paulo: Martins Fontes. 2003.
7. Kant, I., *Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. Lisboa: Texto Editora. 2008.
8. ADAMS, David M. *Philosophical Problems in the Law*. 2ª Ed. Wadsworth Publishing Company London or Madrid, 1996.
9. CID, Benito de Castro. *Problemas Básicos de Filosofía del Derecho: desarrollo sistemático*. Madrid, Editorial Universitas, 2003.
10. CUNHA, Paulo Ferreira. *Lições Preliminares de Filosofia do Direito*. 2ª Edição, Almedina, 2002.
11. LUNO, António-Enrique Pérez. *Licções de Filosofía del Derecho – Pressupostos para uma Filosofia de la experiência*. 3ª Edição Mergablum, Madrid, 2002.
12. MARTINEZ, Soares. *Filosofia do Direito*. 2ª Edição, Livraria Almedina, 1995.
13. KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. 6ª Ed. Coimbra Tradução Portuguesa, 1984.
14. Kelsen, Hans. *A Justiça e o Direito Natural*. 2ª Ed. Coimbra, Tradução Portuguesa, 1979.
15. Radbruch, Gustav. *Filosofia do Direito*. 6ª Edição, Coimbra Editora, 1997.
16. TEIXEIRA, António Braz. *Filosofia do Direito*. Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1987/8.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Direito do Consumidor e Propriedade Intelectual				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	4
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	4º Ano
Pré-Requisitos	Não possui			Semestre	II

Objectivos da disciplina:

- Conhecer os aspectos fundamentais inerentes a normas de defesa do consumidor;
- Obter uma compreensão geral dos direitos do consumidor, particularmente as normas relativas à protecção do consumidor;
- Dominar os mecanismos pelos quais o consumidor tem ao seu dispor para a materialização efectiva dos seus direitos;
-

Conteúdo da Disciplina

Ord.	TEMA	HORA DE
------	------	---------

Tema		CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Evolução histórica e conceitos gerais do direito do consumidor	8	10
2	Natureza jurídica, princípios e características gerais e autonomia do direito do consumidor	10	10
3	Utilidade e satisfação em diferentes tipos de consumo	6	10
4	Administração Pública e defesa do consumidor	8	10
5	As condições pré-contratuais e os contratos de consumo em geral	8	10
6	Tutela administrativa e penal de defesa do consumidor	6	10
7	Acções colectivas	8	10
8	Direito do Consumidor no direito comparado	10	10
TOTAL		64	80

Método de Ensino

A disciplina de Direito do Consumidor será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
 - Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
 - A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por

outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. NICOL'S, Mouzinho. *Protecção do Consumidor na Ordem Jurídica Moçambicana*. Edição Publifit. Maputo. 2010.
2. BARRACHO, Carlos. *Consumo – Abordagem Psicológica*. Livraria Escolar. Maputo. 2011.
3. DA SILVA, João Calvão. *Venda de Bens de Consumo*. Revista Actualizada. 4ª Edição. Almedina. Coimbra. 2010.
4. MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor*. 5ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2003.
5. FILOMENO, José Geraldo Brito. *Direito do Consumidor*, 5ª edição.
6. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Económico e Financeiro, vol. 108, Malheiros Editores, 1997.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Direito da Terra e Recursos Naturais				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	5
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	4º Ano
Pré-Requisitos	Não possui			Semestre	II

Objectivos da disciplina:

- Analisar os fenómenos políticos, sociais e jurídicos ligados à propriedade e uso da terra e recursos naturais;
- Compreender a legislação agrária em Moçambique;
-
- Dominar os conhecimentos sobre outros sistemas de propriedade e uso da terra;
- Desenvolver uma visão investigativa sobre a administração e gestão de conflitos no âmbito do Direito Agrário;

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Formas de apropriação e uso e aproveitamento da terra	6	8
2	A terra em Moçambique: alterações impostas pelo colonialismo. Constituição da República e princípios fundamentais da legislação agrária	8	8
3	Estudo comparado de outros sistemas de propriedade e uso da terra	6	8
4	Política Nacional de Terras	6	8
5	Quadro legal de acesso e uso da terra	8	8
6	Evolução Legislativa e Direitos adquiridos	6	8
7	Aquisição de direitos sobre a terra (DUAT)	8	8
8	Comunidades locais	4	6
9	Fases de delimitação	4	6
10	Competências da atribuição do DUAT	4	6
11	Regime de taxas sobre a terra	4	6
TOTAL		64	80

Método de Ensino

A disciplina de Direito da Terra e Recursos Naturais será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
 - Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
 - A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. CALENGO, André Jaime. *A Natureza do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra*. In Aspectos Jurídicos, Económicos e Sociais do Uso e Aproveitamento de Terra. Imprensa Universitária. UEM. Maputo. 2003.
2. *Manual de Legislação de Florestas e Fauna Bravia*. Volumes I e II. Ministério da Agricultura, Maputo, 2005.
3. *Manual de Delimitação de Terras das Comunidades*. Comissão Inter-Ministerial para a Revisão da Legislação de Terras.
4. AMARAL, Diogo Freitas do. *“A utilização do Domínio Público pelos Particulares.”* Lisboa, Coimbra Editora, 1965.

5. CISTAC, Gilles e CHIZIANE, Eduardo (Coordenação). *Aspectos Jurídicos, Econômicos e Sociais do Uso e Aproveitamento da Terra*. UEM, Imprensa Universitária, 2003.
6. QUADROS, Maria Conceição (Coordenação). *Manual do Direito da terra*, CFJJ, Maputo, 2004;
7. ALVES, José Carlos Moreira. *As coisas como objecto de direitos subjectivos*. in “Direito Romano, Brasil, Editora Forense, 1978.
8. LIMA, Pires de e VARELA, Antunes. *Código Civil Anotado*, Vol. I, 4.a edição (artigo 204º: Coisas imóveis), pág. 194-198, Coimbra Editora, 1987.
9. VELOSO, Francisco José, GIL, José Afonso e MAURÍCIO, Manoel, *Código da Agricultura- Arrendamento*. Lisboa, Livraria Morais Editora, 1964.
10. SEIA, Jorge Alberto Aragão e CALVÃO, Manuel da Costa. *Arrendamento rural”, Lei n.º 76/77, de 29 de Setembro*. 2.a edição, Coimbra, Livraria Medina, 1985.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Direito Bancário e de Seguros				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	4	Créditos	5
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	4º Ano
Pré-Requisitos	Não possui			Semestre	II

Objectivos da disciplina:

- Lidar com aplicação de normas legais e regulamentares relativas ao Direito Bancário;
- Identificar os conceitos relativos ao contexto do Direito Bancário;
- Caracterizar os clientes bancários (pessoas singulares e colectivas) e as suas especificidades;
- Reconhecer o enquadramento jurídico da actividade bancária;
- Reconhecer o sistema fiscal moçambicano e a tributação dos diversos produtos bancários;

- Actuar na assessoria, desenvolvimento e análise de negócios no mercado bancário.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Noções Básicas do Direito Bancário.	8	16
2	Caracterização do Direito Bancário	4	8
3	Autonomia do Direito Bancário	6	12
4	Fontes do Direito Bancário.	8	10
5	Situação jurídica bancária e tipologia de clientela.	8	16
6	Objecto do direito bancário, contratos e garantias bancários	6	12
7	Informações, segredos e responsabilidade civil bancários	8	16
8	Sistema Financeiro Moçambicano	4	8
9	Banco de Moçambique e a supervisão bancária	6	8
10	O Mercado segurador moçambicano e o seu regime jurídico dos Seguros.	6	10
TOTAL		64	120

Método de Ensino

A disciplina de Direito Bancário e de Seguros será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
 - Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão

convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.

- A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequência será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. Cordeiro, A., (2011). Manual de Direito Bancário, (2 Ed). Coimbra: Almedina.
2. VEIGA, V., *Direito Bancário*. 2ª Edição, Coimbra: Almedina. 2011.
3. PIRES, J., *O Cheque*. Lisboa: Rei dos Livros. 1998
4. WATY, T., *Introdução ao Direito Bancário*, Lisboa: w/w- Editora Lda. 2000.

Curso	Licenciatura em Direito				
Disciplina	Trabalho de Fim do Curso				
Código de Disciplina		Carga Horária Semanal	2	Créditos	4
Área Científica	DCS	Língua de Ensino	Português	Nível	4º Ano
Pré-Requisitos	Não Possui			Semestre	II

Objectivos da disciplina:

- Dominar a elaboração de um projecto de pesquisa;
- Conhecer o modelo APA;
- Familiarizar-se com as normas internas de elaboração de trabalhos científicos.

Conteúdo da Disciplina

Ord. Tema	TEMA	HORA DE CONTACTO	
		Contacto Directo	Estudo Individual
1	Elementos Pré-Textuais	4	10
2	Elementos textuais	6	14

3	Elementos estruturantes de um Projecto	4	14
4	Elementos pós-textuais	4	10
5	ISO e as Normas	4	12
6	Modelo APA	4	10
7	Os principais acervos para pesquisa em Direito	4	10
TOTAL		32	80

Método de Ensino

A disciplina de Trabalho de Fim do Curso será ministrada com recurso a seguinte metodologia:

- As aulas desta disciplina serão leccionadas tendo em conta as suas componentes teóricas e práticas.
 - Nas componentes teóricas, as aulas serão ministradas sob forma de seminários apresentados pelo docente, onde os estudantes serão convidados a participarem mediante a leitura de textos previamente indicados pelo docente.
 - A componente prática estará subdividida em duas tarefas. Na primeira, serão resolvidos casos práticos na sala de aulas sempre que aplicável. Por outro lado, os estudantes deverão realizar, em grupos, trabalhos de investigação em temas previamente estabelecidos pelo professor.

Método de Avaliação

A avaliação é componente essencial do processo de ensino-aprendizagem e obedece ao Regulamento em vigor na USTM.

Serão realizados, obrigatoriamente, dois (2) testes, com cotação de 20 valores cada. A Nota de Frequências será calculada de acordo com os pesos de cada avaliação.

Bibliografia

1. **ALMEIDA**, Mário de Sousa, *Elaboração de Projecto, TCC, Dissertação e Tese – uma Abordagem Simples, Prática e Objectiva*, 2ª edição, Editora Atlas, S. A., Gráfica Santuário, São Paulo, 2014, 82 p.
2. **CEIA**, Carlos, *Normas para apresentação de Trabalhos Científicos*, 7ª ed, Editorial Presença, Lisboa, 1995, 77 p.
3. **GIL**, António Carlos, *Como elaborar Projectos de Pesquisa*, 4ª ed, Editora Atlas S.A., São Paulo, 2002, 175 p.
4. **MARCONI**, Maria de Andrade & **LAKATOS**, Eva Maria, *Metodologia do Trabalho Científico* (Procedimentos Básicos, Pesquisa Bibliográfica, Projecto e Relatório, Publicações e Trabalhos Científicos), 6ª ed, Atlas, São Paulo, 2001, c. 220 p.
5. **MARCONI**, Maria de Andrade & **LAKATOS**, Eva Maria, *Metodologia Científica, Ciência e conhecimento científico, Métodos Científicos, Teoria, hipóteses e variáveis, Metodologia Jurídica*, 6ª edição revista e ampliada, Editora Atlas, SA, São Paulo, 2011, 314 p.
6. **OLIVEIRA**, Maria Marly de, *Como fazer Projectos, Relatórios, Monografias, Dissertações e Teses*, 5ª Edição Ampliada e Actualizada segundo a Nova Ortografia e Normas de ABNT, 7ª Tiragem, Campus, Elsevier Editora Ltda, São Paulo, 2011, 198 p.

7. **PÉREZ**, Juan Fernando Bou, *Coaching para Docentes – Motivar para o Sucesso* (para Professores e Formadores), Adaptação para a língua Portuguesa de Ana Matos, Porto Editora, Porto, 2009, 126p.
8. **RODRIGUES JÚNIOR**, José Florêncio, *Avaliação do Estudante Universitário – Fundamentos e Recursos*, SENAC, Brasília, 2009, 226p.
9. **SANTOS**, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna*. «Estudos Avançados». São Paulo, v. 2, n. 2, pp. 46-71, 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=SO103-40141988000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 8 de Julho de 2007. Pré-publicação.
10. **Universidade São Tomás de Moçambique (USTM)**, *Manual de Investigação Científica*, Maputo,